

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

LUIS ENRIQUE LOPES DO NASCIMENTO

**FORMAÇÃO DE AGENTES DE COMUNICAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO
AGRESTE DE PERNAMBUCO A PARTIR DE UMA METODOLOGIA
EDUCOMUNICATIVA**

Caruaru
2022

LUIS ENRIQUE LOPES DO NASCIMENTO

**FORMAÇÃO DE AGENTES DE COMUNICAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO
AGRESTE DE PERNAMBUCO A PARTIR DE UMA METODOLOGIA
EDUCOMUNICATIVA**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social.

Área de Concentração: Educomunicação

Orientador: Dr. Diego Gouveia Moreira

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Nascimento, Luis Enrique Lopes do.

Formação de agentes de comunicação em escolas públicas do agreste de Pernambuco a partir de uma metodologia educomunicativa / Luis Enrique Lopes do Nascimento. - Caruaru, 2022.

58 : il., tab.

Orientador(a): Diego Gouveia Moreira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Comunicação Social, 2022.

1. Educomunicação. 2. Comunicação Comunitária. 3. Comunicação Popular. 4. Democratização da Comunicação. 5. Educação. I. Moreira, Diego Gouveia. (Orientação). II. Título.

070 CDD (22.ed.)

LUIS ENRIQUE LOPES DO NASCIMENTO

**FORMAÇÃO DE AGENTES DE COMUNICAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO
AGRESTE DE PERNAMBUCO A PARTIR DE UMA METODOLOGIA
EDUCOMUNICATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Comunicação Social da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel em Comunicação Social.

Aprovada em: 12/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diego Gouveia Moreira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Sheila Borges de Oliveira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Andrea de Lima Trigueiro de Amorim (Examinadora Externa)
Universidade Católica de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente:

À minha família na figura da minha mãe, Janayna Lopes Batista, que sempre me ensinou que a educação é o caminho para transformar nossas vidas e incentivou a mim e meu irmão a buscar o que nos fizesse genuinamente felizes. Obrigado pela paciência, pelas orientações. A jornada de ninguém é fácil, mas a sorte é daqueles(as) que têm uma família e uma mãe como a minha.

Aos meus professores, por serem educadores, comunicólogos e pessoas tão ímpares. Cito aqui Sheila Borges e Giovana Mesquita, ter passado por elas mudou minha rota na graduação diversas vezes. E como desvios de rotas podem ser importantes para nos colocar no caminho que sempre deveria ter sido o nosso.

A meu orientador Diego Gouveia, especialmente, que me aguentou durante esses últimos anos, sempre com muita certeza no meu projeto e com muita paciência pedagógica, a qual me orientou boas vezes a ter.

A cada estudante secundarista que passou por este trabalho. Tendo ou não conseguido chegar ao fim dele, demonstraram algo que é muito precioso: a inquietação. Fazer comunicação comunitária, ousar descobrir e reinventar sua voz e sua coletividade exige muito disso. É por sermos inquietos que queremos transformar a realidade e se esses jovens não tivessem essa chama esse projeto não poderia se materializar. E especialmente aos que ficaram: obrigado pela paciência, espero e acredito que tenha sido tão realizador para vocês quanto para mim.

Aos amigos que fiz ao longo desses anos de universidade, os quais citar já é um equívoco, pois não conseguiria fazê-lo por todos. Mas, me arriscando, minha gratidão a Gabriella Paiva, Natália Ribeiro, Nichole de Andrade, Cladisson Melo, Victória Melo, Jeferson Macêdo, Caroline Celeste e Alissa Sousa, com os quais compartilhei muitas dores e felicidades ao longo do curso, de projetos e deste trabalho.

Aos camaradas da União da Juventude Socialista e de todo o movimento estudantil, que me ensinaram a defender a minha universidade e a amar o Brasil a ponto de entender que meu tema de estudos não poderia ser outro que não envolvesse a educação. E também pela participação de alguns neste trabalho, tanto na formação como na indicação de colegas. Esse trabalho seria completamente diferente se não fosse o movimento social que pude conhecer logo antes de acessar a universidade. E que bom que conheci.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo entender como, a partir de uma pesquisa-ação com estudantes secundaristas, pode-se desenvolver uma metodologia para estimular a comunicação comunitária em instituições de ensino a partir de práticas educacionais. A metodologia escolhida foi a de uma pesquisa-ação, por ser a forma mais adequada de produzir conhecimento científico ao passo em que se promovem soluções para problemas junto à comunidade. Nesse sentido, foi realizado um projeto de formação com jovens do ensino médio e fundamental das cidades de Caruaru e Toritama a fim de compreender a realidade de cada estudante em sua escola e de inseri-los em debates sobre uma análise crítica da mídia, democratização da comunicação e a construção de alternativas aos meios de comunicação hegemônicos, que, ao nosso ver, vem por meio da comunicação popular e comunitária. Também, vislumbra-se como esta pode ser promovida nas instituições de ensino básico por meio de projetos elaborados pelos próprios estudantes. Conseguiu-se observar uma diversidade nos modelos de projeto apresentados pelo grupo ao fim da formação, tendo todos o objetivo de construir um ecossistema escolar de participação e garantia de direitos, além de valorizar a comunicação como parte do processo educativo dentro e fora da sala de aula.

Palavras-Chave: Educomunicação; Comunicação Popular; Comunicação Comunitária; Democratização da Comunicação.

ABSTRACT

This study aims to understand how a methodology can be developed to stimulate community communication in educational institutions based on educommunicative practices. It is based on an action research with high school students. The methodology chosen was action research, as it is the most appropriate way to produce scientific knowledge while promoting solutions to issues in a community. Therefore, a formation project was carried out with high and elementary school youths from the cities of Caruaru and Toritama in order to understand the reality of each student in their school and to include them in debates on a critical analysis of the media, democratization of communication and the construction of alternatives to the hegemonic means of communication, which, in our view, comes through popular and community communication. Also, it can be seen how this could be promoted in basic education institutions through projects set up by the students themselves. It was possible to observe a diversity in the project models presented by the group at the end of the formation, all with the objective of building a school ecosystem of participation and guarantee of rights, besides valuing communication as part of the educational process in and outside the classroom.

Keywords: Educommunication; Popular Communication; Community Communication; Democratization of Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Apresentação dos estudantes voluntários do projeto	37
Figura 1 - Manchete 1	41
Figura 2 - Manchete 2	41
Figura 3 - Guia de Formação de Agentes de Comunicação em escolas públicas a partir de uma metodologia educacional	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Objetivos	13
1.2	Justificativa	13
1.3	Seções da monografia	14
2	A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO	16
2.1	Comunicação popular e imprensa alternativa	16
2.2	Conceitos de comunicação comunitária	17
2.3	Comunicação e democracia	20
2.4	Educomunicação: um caminho necessário	25
3	METODOLOGIA	33
4	A FORMAÇÃO DE AGENTES DE COMUNICAÇÃO EM ESCOLAS	34
5	DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA EDUCOMUNICATIVA PARA REPLICAÇÃO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	50
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS REFERÊNCIAS	55 57

1 INTRODUÇÃO

A comunicação em si mesma é um conceito complexo, que, para compreender, deveríamos transitar em diversas áreas de conhecimento. Ao mesmo tempo, é um conceito que está presente no cotidiano, inúmeras vezes ao dia, de qualquer ser humano em qualquer parte do mundo. Bordenave (1997) nos faz compreender as dimensões da comunicação a partir desses exemplos diários. A comunicação está presente: nos gritos de uma plateia num estádio; na concepção do funcionamento, existência e estrutura física de uma casa legislativa; na feira do bairro; no horário em que a família está centrada na novela; no tom de voz de um pai que orienta o filho a não fazer algo perigoso; nos gestos de alguém impaciente. E deste modo poderíamos prosseguir por infinitas linhas.

Para Bordenave, não existe comunicação sem sociedade e nem sociedade sem comunicação, pois o homem é um ser social e essa socialização se dá por meio da comunicação, em suas diversas formas. Comunicação vai muito além dos meios de comunicação de massa. Ela, como diz o autor, se confunde com a vida e é “uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social” (1997, p. 19).

Para Freire (2021) o mundo humano é um mundo de comunicação, por não existir homem isolado não há pensamento isolado. Nos comunicamos em torno de significados para compreender, elaborar sua significação. E, desta forma, não existem serem passivos na comunicação. Já Kaplún (1985) nos fala das duas formas de entender o termo “comunicação”, a primeira como o ato de comunicar e a segunda como diálogo, intercâmbio de informações. E que a mais antiga é a segunda, fazendo relação com a origem do termo no latim: de tornar comum, a mesma raiz de comunidade e comunhão. Então, ele faz uma indagação: por que essa significação foi sendo esquecida e passou a predominar a primeira, no sentido de comunicado?

A reflexão e a explicação de Kaplún, que coloca os meios de comunicação de massa e a lógica norte-americana de assim se referir aos *mass media*, os meios de massa, como responsáveis pelo esvaziamento do sentido de comunicação, é de suma importância para compreendermos como a comunicação é percebida hoje pela maioria absoluta da população, que não tem a compreensão da comunicação enquanto um bem a ser preservado pela humanidade e de direito a todos.

E, para além do perfil em uma rede social ou do jornal da televisão, a comunicação é um direito humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz no artigo 19:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Se comunicar engloba a liberdade de expressão e o direito à informação a fim de garantir a diversidade sobre o conteúdo e onde ele é consumido, produzido, transmitido, idealizado. Este direito é garantido pela Constituição Federal de 1988 no Brasil e reforçado pela Carta de Brasília no Encontro Nacional de Direitos Humanos de 2005.

Tal como reforça Ivan Moraes Filho (2017) ao dizer que, quando se fala em liberdade de expressão, não se pode normalizar que poucas pessoas tenham acesso aos meios que garantem essa liberdade. Os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de grupos específicos.

O estudo realizado em 2017 pelas organizações Intervozes e Repórteres Sem Fronteiras analisou os 50 principais veículos de comunicação do Brasil. Destes 50, 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo (Grupo Record e Igreja Universal), 4 ao grupo regional sulista RBS e 3 ao grupo Folha, que são os que mais se destacam na pesquisa. Isso sem contar os grupos afiliados a esses citados.

Quando partimos para analisar o meio de comunicação mais consumido no Brasil, a televisão, é inerente estudar também a audiência de cada veículo e é onde a situação fica ainda mais alarmante. Ainda segundo os dados do Intervozes/Repórteres Sem Fronteiras, ultrapassam os 71% de audiência na TV aberta concentrada nos 4 principais grupos: Globo (36,9%), Record (15,2%), Sílvio Santos (14,9%), Bandeirantes (4,1%).

Essa comunicação concentrada em poucas empresas não colabora para o desenvolvimento de uma sociedade livre e plural, pilares da democracia. Para uma sociedade mais democrática, considera-se que, além de ter acesso, o direito humano à comunicação inclui a possibilidade de construir seus próprios canais de comunicação. É preciso ter direito não apenas a consumir, mas a produzir e transmitir conteúdo.

Essa questão se relaciona com as discussões sobre democratização da comunicação, debate crescente no Brasil que coloca no centro esse aspecto da comunicação enquanto direito, envolvendo cientistas, movimentos sociais, projetos sociais e parlamentares. Ivan Moraes Filho (2017) faz um paralelo com o direito à saúde, que é garantido por meio da existência de um sistema público de saúde com uma rede que atende toda a população. O debate sobre qualidade do serviço é importante, mas não há como garantir um direito, como o da comunicação, quando não há a estrutura para que todos tenham acesso a ele, pois, para além do acesso ao consumo, que por si não é pleno, põe-se em questão o acesso à possibilidade de produzi-lo. Quando o público passa a ser também agente ativo do processo, traçando suas narrativas e produzindo conteúdo, abre-se um leque de possibilidades sobre o que é expressado e como pode ser realizado para além da mídia hegemônica.

Com a popularização da internet e dos *smartphones*, cada vez mais pessoas têm acesso à possibilidade de falarem para um público infinitamente maior do que poderiam até o início dos anos 2000. Esse cenário de multiplicação de telas, consumo migratório e audiência ativa é bem descrito por Henry Jenkins (2008) a partir do conceito de cultura da convergência. De acordo com o autor, o papel e poder do consumidor se torna mais evidente enquanto agente ativo.

Da mesma forma que esse ambiente de convergência é um prato cheio para as marcas ampliarem sua comunicação e convidar o público a participar, também é uma oportunidade para o grupo que defende a democratização da comunicação. Existem uma série de portais de produção de conteúdo anti-hegemônico, seja em sites ou nas redes sociais digitais, estas mais populares justamente por serem baseadas em relacionamento, em participação. Podemos citar o Mídia NINJA, fortemente presente nas redes sociais e que tem seus perfis editoriais dedicados a pautas específicas: NINJA Esporte Clube, Estudantes NINJA, Cine NINJA, Mídia Índia e SOM, este último voltado para música. Além do Jornal Brasil de Fato, que é um jornal impresso com presença digital notória, organizado pela Consulta Popular, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; o Circuito Universitário de Cultura e Arte da UNE, que organiza estudantes midiativistas de todo Brasil para atuação em cada universidade a partir de coletivos culturais e de comunicação.

Esse conteúdo preenche lacunas deixadas pelos meios de comunicação de massa. Peruzzo (2006) nos ajuda a compreender como coletivos e movimentos sociais se organizam para a produção de uma comunicação popular e comunitária, que se faz por meio de faixas, panfletos, megafones, mas também, e de forma cada vez mais incisiva, no meio digital. E a rádio comunitária segue sendo o meio mais expressivo pelo qual essa forma de comunicação se materializa.

Nesse sentido, se estamos falando da comunicação enquanto direito humano com vista a garantir liberdade de expressão e informação plural e diversa, como não conectá-la à educação? O primeiro a fazer a associação entre essas duas áreas foi Paulo Freire. Profundamente estudado na educação, Freire (2021) também é um teórico da comunicação e defende que o processo educacional serve de solução às necessidades da sociedade, rumo à resolução de questões voltadas à economia e à característica ainda colonial em nosso país. Ele vê a comunicação e a educação como aliadas na emancipação da classe oprimida.

Com base em Freire, Francisco Gutierrez (1978) aponta um déficit da educação básica em não aderir a elementos da comunicação e de seus produtos para uma melhor aprendizagem na fase escolar. Algo que foi percebido durante a presente pesquisa. Permitindo uma generalização, as escolas ainda usam a comunicação de forma muito tímida, mesmo em um

contexto de convergência midiática, perdendo assim a oportunidade de fomentar uma educação crítica para a mídia e de formar pessoas que sejam agentes de comunicação em suas realidades.

É na interface entre a comunicação e a educação que se encontra um recente campo do conhecimento: a Educomunicação. É nele que encontraremos, ou buscaremos encontrar, as respostas para as urgentes demandas quanto à democratização da comunicação, direito humano à comunicação e liberdade de expressão, educação para a mídia e uma educação libertadora e democrática.

É neste cenário que o presente trabalho se apresenta. A educação e a comunicação são duas áreas que, quando tratadas em conjunto, podem contribuir para a transformação da realidade no sentido macro, como defende Freire, e também em micro realidades, a partir da comunicação comunitária em espaços educacionais. Com isso em vista, a pesquisa se propõe a responder ao seguinte problema: como, a partir de uma pesquisa-ação com estudantes secundaristas, pode-se desenvolver uma metodologia para estimular a comunicação comunitária em instituições de ensino a partir de práticas educomunicativas?

Este trabalho se dará em forma de uma pesquisa-ação por ser o método mais apropriado para se intervir numa realidade e produzir compreensões científicas ao mesmo passo em que contribui para a resolução de problemas junto a uma comunidade, no caso em instituições de ensino.

Logo, busca-se compreender o cenário atual da comunicação nas instituições onde os estudantes do projeto têm aulas, a exemplo de se há projetos voltados a esta área e como eles se dão. Além de propor a realização de uma série de oficinas apresentando conceitos e técnicas da comunicação comunitária junto aos estudantes voluntários, se quis promover um processo de escuta para facilitar a criação de produtos comunicacionais, que foram frutos das oficinas. Também foi feito um acompanhamento e avaliação dos produtos criados pelos estudantes. Todo o processo foi pensado com vista a formar jovens agentes comunicação e multiplicadores para criar uma metodologia para comunicação comunitária em instituições de ensino a partir de práticas educomunicativas, que valorizam o processo acima do resultado, reconhecem o erro e o conflito como parte do aprendizado e tudo isso como parte do tecido dialógico que deve compor a prática.

O projeto se deu de forma remota e on-line devido à pandemia da Covid-19, uma nova doença que se disseminou no início da década de 2020 em todo o mundo e que tem o Brasil como epicentro em 2021. Em Pernambuco, o Governo Estadual produziu uma série de aulas transmitidas pela TV Pernambuco, canal público do estado, e manteve as aulas suspensas presencialmente por quase um ano.

As escolas envolvidas neste estudo são majoritariamente de Caruaru: Escola Técnica Estadual Nelson Barbalho, Escola Municipal Professora Laura Florêncio, Escola de Referência em Ensino Médio Padre Zacarias Tavares. E uma escola da cidade próxima Toritama: Escola Estadual Professora Estelita Timóteo. Destas, a única que tem projetos voltados continuados em comunicação é o ETE Nelson Barbalho, pela sua característica de ter cursos de Produção de Áudio e Vídeo e Rádio, TV e Internet. O EREM Padre Zacarias também realizava atividades nesse sentido, mas, durante a pandemia, a escola teve equipamentos da rádio-poste assaltados, o que prejudicou a retomada dos projetos nas aulas presenciais. No entanto, isso não quer dizer que todas as escolas não tenham suas potencialidades a serem estudadas e desenvolvidas.

1.1 Objetivos

A fim de responder ao problema de pesquisa apresentado, o objetivo geral é: Desenvolver, a partir de uma pesquisa-ação com estudantes secundaristas, uma metodologia para estimular a comunicação comunitária em instituições de ensino a partir de práticas educomunicativas.

Os objetivos específicos são:

- Compreender o cenário atual da comunicação de cada escola envolvida no projeto, a exemplo de se há projetos voltado a esta área e como eles se dão;
- Propor a realização de uma série de oficinas apresentando conceitos e técnicas da comunicação comunitária com uma mostra de estudantes selecionados junto à gestão da instituição;
- Promover um processo de escuta nas oficinas para facilitar a criação de produtos comunicacionais, produtos de cada oficina e que visam ao desenvolvimento de práticas de comunicação comunitária;
- Acompanhar e avaliar os produtos criados pelos estudantes;
- Formar jovens agentes de comunicação e multiplicadores;
- Formular uma metodologia para projetos de comunicação comunitária em instituições de ensino.

1.2 Justificativa

O início da década de 2020 é marcado pela pandemia do novo coronavírus, que exigiu uma reinvenção estratégica de vários setores da nossa sociedade. Na educação, que no Brasil

encara o desafio de aderir a instrumentos da comunicação, vimos todo o processo de aprendizagem ser digitalizado. O celular, outrora proibido em sala, passou a ser a única ferramenta de aprendizagem disponível para alguns.

Antes disso, a abordagem sobre a importância da convergência entre a comunicação e a educação já me era de grande interesse devido à vivência no movimento estudantil desde antes da graduação. Tendo a chance de contribuir para a formação de grêmios e movimentos de cunho social em escolas e demais instituições de ensino, além de projetos em universidades, pude perceber, com uma ênfase extra-classe, o valor da comunicação no meio educacional, em especial no ensino básico. O campo da comunicação contribui para a formação da consciência crítica, para o processo educativo e social na instituição de ensino, que, na maioria das vezes, é o primeiro espaço de socialização ao qual somos apresentados na infância e um dos últimos espaços que deixamos antes da vida adulta.

Francisco Gutierrez (1978), baseando-se em Paulo Freire, defende que a educação é, essencialmente, um processo comunicacional, não podendo se resumir na transmissão unilateral de informações professor-aluno. Assim, quando se soma este fator ao distanciamento da escola com os meios de comunicação, nota-se uma problemática na estrutura do modelo educacional.

Diante da temática geral de interesse, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre educomunicação e comunicação comunitária e foi percebido que a maioria dos trabalhos foi publicada antes de 2015, não contemplando desta forma as rápidas transformações vivenciadas desde então. Boa parte do conjunto de textos explora ferramentas como *blog*, cineclube, rádio, redes sociais (*Orkut* e *Facebook*), mas de forma específica e/ou isolada. Este trabalho se propõe a explorar as ferramentas de forma mais ampla e com a característica de ser construída majoritariamente a distância, devido à pandemia da Covid-19 ainda vivenciada em 2021 e com foco no uso das redes sociais on-line.

A criação de uma metodologia que parte de práticas educomunicativas pode trazer resultados positivos nos aspectos aqui apresentados. Com a possibilidade de serem reproduzidos em outras instituições de ensino, salvaguardando as especificidades de cada realidade. Desse modo, estreitando o encontro entre comunicação e educação. Além de trazer novas contribuições às áreas da comunicação comunitária e educomunicação, que ainda são conceitos recentes.

1.3 Seções da monografia

No capítulo dois deste trabalho, é realizado um aporte teórico sobre os temas de comunicação popular e imprensa alternativa, os conceitos de comunicação comunitária e da comunicação e sua relação com democracia e democratização, além de aprofundar-se o tema da educomunicação. Ao longo do capítulo três, é elucidada a metodologia adotada, que foi a de pesquisa-ação. Na sequência, no capítulo quatro, discorre-se sobre o projeto de formação de agentes de comunicação comunitária nas escolas, que levou ao desenvolvimento da metodologia de replicação em outras instituições de ensino, a que se propõe este trabalho e é apresentada no quinto capítulo. Encerramos, enfim, com nossas considerações finais.

2 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Para compreensão mais completa sobre a comunicação comunitária, se faz necessário elucidar os conceitos da comunicação popular e alternativa. Comumente estas são tratadas como sinônimos, mas aqui se traz, como principais referências, Peruzzo (1998; 2006) e Miani (2011) para entender melhor similaridades e diferenças. Nesse processo, entende-se melhor o que é comunidade e a participação social que é inerente à forma de comunicação aqui estudada.

2.1 Comunicação popular e imprensa alternativa

A comunicação popular é um processo de construção de alternativas à comunicação massiva que toma força nos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina. Não por acaso é nesse período em que vivemos crises democráticas na região, como a Ditadura Militar no Brasil, por exemplo.

Para Cicília Peruzzo (1998, p. 114), é preciso que as pesquisas em comunicação popular abarquem o “contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si mesmo, [...] pois a dinâmica social na qual este se insere é que vai lhe dar significados”. Assim, como o momento histórico era de restrições à liberdade de expressão, com a censura presente na rotina nos meios de comunicação e na cultura, essas formas alternativas de comunicação surgem como contraposição e geralmente ligadas a movimentos sociais.

Para compreender o “popular” desta modalidade de comunicação, Peruzzo (1998) destaca três correntes de estudo, sendo elas: o popular-folclórico, que pensa expressões tradicionais do povo como danças, ritos, festas e lendas; o popular-massivo, que abarca a apropriação pela indústria cultural do que é “do povo” e a inserção deste povo em programas com premissa “popularesca” ou de “utilidade pública”; e o popular-alternativo, no qual a autora se aprofunda por se tratar da corrente em que temos o universo dos movimentos sociais.

Essa corrente se faz no contexto de coletivos ligados a classes subalternas, de acordo com Peruzzo (1998), e se divide em duas linhas: a primeira tem origem no início dos anos 1980 e apresenta a comunicação popular como revolucionária, colocando-a em antagonismo com os meios massivos; a segunda surge no início da década de 1990 e tem reelaborações mais flexíveis, compreendendo a coexistência com os meios massivos e uma relação dialética entre eles, já que

entendem a comunicação popular como uma realização da sociedade civil, que se constitui historicamente e, portanto, é capaz de sofrer metamorfoses que o contexto lhe impõe, admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, como as redes virtuais (PERUZZO, 1998, p. 119-120).

Partindo para a prática, Peruzzo (1998, p. 130) acredita que os meios de comunicação popular não chegam a se posicionar como superadoras dos meios massivos, "os dois seriam complementares e não excludentes".

Para a autora, os meios massivos cumprem um papel importante no entretenimento e informação, mas falham em suprir necessidades das comunidades que os consomem. Há também o reconhecimento sobre a capacidade de manipulação da mídia a serviço das classes dominantes, mas esse fato sozinho não anula um outro: ela vem sendo aceita como é pela maioria da população. Peruzzo (1998) pontua ainda que os meios populares têm que se fazer valer de algumas características da mídia massiva, como essa forma de trazer o lúdico, a fantasia, o humor, o sonho, que também são parte da necessidade humana. Essa tendência a repudiar a massiva poderia ter influenciado em uma comunicação popular não muito atraente ao povo ao qual ela se direciona.

Às vezes ela até chega a levar em conta essas dimensões, mas não raro o faz de modo instrumentalizado: o horóscopo é adaptado para um discurso de caráter mobilizatório, por exemplo. Se os meios comunitários quiserem alcançar sucesso e se mostrar democráticos, terão que repensar esta prática e trabalhar com os valores culturais onde se inserem (p. 132).

Percebe-se uma contradição, ao passo em que o meio popular é feito para e pela comunidade, este pode não ser atrativo por não se apropriar da cultura de onde está inserido, se tornando panfletário; ao passo que a mídia massiva se apropria desse "popular", conseguindo suprir a necessidade das pessoas pelo investimento no aspecto lúdico. É preciso reforçar que, como falado pela autora, os meios massivos têm muito mais estrutura para fazer comunicação, o que interfere no seu alcance. Mas se um fanzine entregue ou uma rádio popular sintonizada não conseguem ser atrativos para a pessoa daquela escola ou bairro, é interessante a revisão sobre como a comunicação tem sido planejada e produzida. Aqui tanto o fator cultural pode ser implementado, como o de participação que será abordado mais à frente neste trabalho.

Peruzzo (1998; 2006) reforça que a comunicação popular também é chamada de alternativa, participativa, dialógica, horizontal, mas faz uma distinção para tratar a especificidade do alternativo. Ela considera os periódicos que se estabeleceram como uma alternativa crítica aos meios tradicionais, não o jornalismo popular que se apresentava em espaço restrito. A chamada imprensa alternativa era ligada à pequena burguesia brasileira e

tratava “de temas comumente tratados pela imprensa e circulavam no mesmo circuito: eram vendidos em bancas ou por assinaturas e em locais de fluxo flutuante (universidades, centros de convenções etc.)” (PERUZZO, 2006, p. 8). Dessa forma, é reforçado o que se falou no início desta seção sobre o estudo do contexto: a imprensa alternativa não se diferencia em muito sobre o meio, mas sobre as condições de produção, os conteúdos e abordagem.

Fazendo essa distinção entre a comunicação alternativa e popular, Peruzzo coloca ainda a comunicação popular como sinônimo da comunitária. A seguir, vamos entender melhor o conceito de comunicação comunitária, abordando suas possíveis distinções.

2.2 Conceitos de comunicação comunitária

Peruzzo (2006) destaca que utiliza como parâmetro o popular-alternativo, mas que como temos ainda a abordagem pelo popular-folclórico e popular-massivo, teríamos mais o que diferenciar entre as comunicações que são dirigidas ao povo e as que são protagonizadas por este do que entre a comunicação comunitária e popular.

A comunicação popular e comunitária pode ser entendida de várias maneiras, mas sempre denota uma comunicação que tem o “povo” (as iniciativas coletivas ou os movimentos e organizações populares) como protagonista principal e como destinatário, desde a literatura de cordel até a comunicação comunitária (p. 9).

A autora parece não negar a possibilidade de distinção entre a comunicação popular e comunitária, mas não a vê como necessária. Como a presente pesquisa se propõe a ser realizada com estudantes de diversas instituições de ensino, onde não necessariamente todos os indivíduos vão se apropriar da consciência de classe, analisar as possíveis distinções se fez válido e até necessário.

Deliberador e Vieira são autoras cujo trabalho é trazido pela própria Peruzzo em alguns trabalhos. Estas reconhecem que ambas as formas de comunicação se colocam como contraposição com o modelo tradicional de comunicação e propõem participação e cidadania. Mas há importantes características que as diferenciam. Elas definem comunicação comunitária como

o canal de expressão de uma comunidade (independentemente de seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos podem manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. Deve ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local. Por isso, sua característica principal é facilitar/estimular a participação ativa desses indivíduos enquanto produtores e receptores das informações (2006, p. 346).

Dessa forma, a comunicação comunitária é feita pela e para a comunidade, não tendo que ter necessariamente o aspecto da luta de classes ou de resistência a uma classe dominante (DELIBERADOR; VIEIRA, 2006).

Sobre a comunicação popular, salientam a característica já apresentada por Peruzzo (1998) de que é um processo comunicacional horizontal, de contraposição aos meios massivos e que tem como público as camadas mais carentes da sociedade, ligada a movimentos sociais e luta de classes. Tendo como principal característica

o marcante caráter político, reivindicatório e engajado, trabalhando com conteúdos crítico-emancipatórios a fim de possibilitar uma real conscientização e transformação da comunidade em questão ante as desigualdades sociais, com base em sua organização e educação (DELIBERADOR; VIEIRA, 2006, p. 347).

Deliberador e Vieira (2006) ressaltam ainda que na comunicação popular não há necessariamente a participação ativa da comunidade nas etapas da construção da comunicação, o que permite maior envolvimento de terceiros, ligados a movimentos sociais. Já na comunicação comunitária, o envolvimento ativo da comunidade é o fator que a mais caracteriza como tal.

Outro autor que defende uma distinção entre comunicação comunitária e popular é Rozinaldo A. Miani (2011), que acredita que utilizá-las como sinônimos provoca equívocos ideológicos e faz uma abordagem voltada à compreensão da epistemologia das palavras comunitária/comunidade e popular/povo.

Para Miani, substituir “comunicação popular” por “comunitária” é contribuir para a despolitização da comunicação popular e desconfigurar as reais contribuições da comunicação comunitária às lutas sociopolíticas e disputa da hegemonia.

Miani parte da premissa de Bakhtin, pensador russo, de que a palavra deve ser compreendida em seu contexto político e sócio-histórico, como signo ideológico que é, e o cita:

A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 1997, p. 41 *apud* MIANI, 2011, p.223).

Isto posto, os apontamentos de Miani são feitos na perspectiva de que “cada uma dessas expressões carrega significações ideológicas e se refere a práticas sociais com pressupostos políticos diferenciados” (2011, p. 224). Ele se propõe a analisar a comunicação comunitária partindo do sentido de comunidade.

Miani (2011, p. 225) cita a definição de comunidade que julga mais “produtiva”, a de Ciro Marcondes Filho (1987, p. 158): “aquela forma de organização que reúne as pessoas e

resgata a sociabilidade perdida” dentro do contexto de uma sociedade capitalista que esvazia as relações interpessoais.

Porém, Miani discorda do uso da palavra “resgate”, pois remete a algo que era vivenciado e deixou de ser. Assim, ele diz que o que “se vislumbra é a possibilidade de ‘construção’ de uma ‘sociabilidade possível’”(p. 226). A partir dessa sociabilidade é que se tem o indivíduo que pode sentir-se pertencente a um grupo social, estabelecendo as condições para ações de cooperação organizadas (MIANI, 2011). Essa própria organização representa, de acordo com o autor, a emergência de formas organizacionais dentro do sistema capitalista, se desvincilhando da ideia romântica de comunidade à margem do capitalismo:

Ao reconhecer a sua atuação nas contradições da lógica capitalista, a comunidade se afirma como um espaço político concreto, de resistência, que possibilita o despertar crítico dos seus membros, num processo que poderíamos chamar de “desalienação”, fazendo frente aos mecanismos de anulação individual promovido pelo metabolismo do capitalismo. Esse despertar crítico, no entanto, não implica, necessariamente, o desenvolvimento de uma consciência de classe (p. 227).

Como ressaltado pelo autor, esse despertar crítico não necessariamente tem relação com consciência de classe. Logo, não é regra que uma comunidade vai produzir meios de comunicação comunitária com vista a se contrapor ao *status quo* da classe dominante. Para encerrar, Miani (2011, p. 229) sintetiza comunicação comunitária:

como o processo de produção de experiências comunicativas, portanto uma prática social, desenvolvido no âmbito de uma comunidade com vistas à conquista da cidadania, através de práticas participativas, e possibilitando aos indivíduos interagentes a construção de uma nova sociabilidade.

Portanto, compreende-se que os projetos realizados pelos adolescentes deste trabalho não irão se basear na questão de classe, não propriamente dita. O objetivo será a promoção da cidadania e de novas experiências para o ambiente educacional, que, por vezes, se encontra limitado e distante das ferramentas, conteúdos e linguagens do cotidiano dos estudantes. A seguir, compreenderemos mais quanto à participação e democracia promovidos pela comunicação comunitária e popular.

2.3 Comunicação e democracia

Foi com o objetivo de estabelecer diálogos entre governo, a sociedade civil organizada e a sociedade civil empresarial em torno da construção de caminhos para uma comunicação efetiva, cidadã e atendida às novas possibilidades tecnológicas que se realizou em 2009 a 1ª

Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Ela é um marco no que diz respeito aos passos para o estabelecimento de um debate maduro em torno da comunicação no Brasil e, como ressalta o seu relatório:

o diálogo entre estes três setores nunca havia sido travado de forma paritária em uma grande conferência que colocasse, lado a lado, ideias e demandas distintas, estimulando uma interlocução de respeito, responsabilidade e profissionalismo. Trata-se de um avanço no sentido de uma sociedade mais democrática, em que todos os segmentos, em sua ampla diversidade, possam fazer valer sua voz, expressar-se livremente e ter acesso à informação de qualidade (CADERNO DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO, 2010, p. 11).

Porém, como afirma Demarchi (2017), na realidade o movimento pela democratização da comunicação não conseguiu avançar muito na manutenção de canais com o governo, que nunca conseguiu ter essa pauta como prioridade de agenda e que passou por uma série de instabilidades políticas no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, que veio a sofrer *impeachment*. No seu lugar, assumiu Michel Temer, que apresentava ainda mais desafios à democratização, promovendo, por exemplo, um esvaziamento da participação social na Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com a extinção do Conselho Curador. Soma-se a isso o tradicional boicote do setor comercial ao avanço da pauta nos espaços públicos.

Demarchi (2017) fala ainda da ampliação dos espaços públicos de discussão sobre a democratização e sobre uma mobilização em torno de um novo marco regulatório da radiodifusão em virtude, especialmente, do caráter público da rádio e televisão, que pertencem ao Estado brasileiro e, assim, a seu povo. Essa é uma pauta central da 1ª Confecom e do movimento de maior amplitude e visibilidade pela pauta: o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que é composto por mais de 70 entidades nacionais (DEMARCHI, 2017).

Observa-se que em resposta a uma conjuntura política desfavorável à democratização no âmbito de articulação com o governo, a sociedade civil organizada ocupa os meios e tecnologias disponíveis para realizar sua disputa de narrativa e veiculação de informações contra-hegemônicas.

Quanto às novas tecnologias da informação e comunicação, Coutinho *et al.* (2008) nos ajudam a compreender, com forte influência dos estudos de Sodré, como a nova dinâmica se dá e o que ela representa para a lógica social. De acordo com eles, cada vez mais as novas tecnologias têm assumido um papel de protagonismo e criação de discursos, deixando os sujeitos de fora do processo, o que irradia para todas as esferas da sociedade.

Essa inversão de papéis vem garantindo que a comunicação produzida na sociedade midiaticizada se configure como instrumento de manutenção do processo hegemônico do capitalismo em sua fase mundializada. Diante disso, não encontramos na

comunicação midiaticizada os elementos que a caracterizam como um processo humanizante e de transformação social, como defendemos neste trabalho (COUTINHO *et al.*, 2008, p. 3).

Logo, as novas tecnologias têm sido peças basilares na manutenção do *status quo* e servido à lógica do mercado, onde ela se apresenta. Mesmo com uma roupagem democrática, como se dá especialmente nas redes sociais digitais, sob a máxima de que todos estão ali disputando com as mesmas ferramentas num ambiente de velocidade e inovação, não é bem assim que acontece. Coutinho *et al.*, baseados em Sodré, nos destacam que essas tecnologias que temos hoje e que vão se reinventando seguem as mesmas lógicas de meios como a televisão, rádio, computador, hibridizando processos e técnicas. O mesmo serve aos discursos veiculados que servem a essa nova fase pós-industrial do capitalismo.

Ou seja, embora essas mutações tecnológicas possam promover, de alguma maneira, possibilidades de se expandir o acesso a estes meios, eles ainda mantêm as antigas estruturas de poder conservadoras e desiguais desempenhando, assim, um papel estratégico de manutenção ideológica do capitalismo (COUTINHO *et al.*, 2008, p. 6).

Como destaca Peruzzo (2013), é a partir do chamamento nos anos 1960 da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que o debate sobre políticas democráticas de comunicação é amplamente realizado na América Latina e países subdesenvolvidos nos anos de 1970 e 1980. No centro do debate está o controle de fluxos internacionais de informação, situado numa ordem econômica mundial e favorável aos interesses do capital internacional, liderado pelos EUA e Europa, que difundem em larga escala sua visão de mundo e modo de vida, formando essa hegemonia de informação e dominação cultural, já que sufoca a circulação de conteúdo latino, asiático, africano e de outras regiões periféricas do mundo.

Nesse mesmo sentido, a manutenção da ideologia do capital se apresenta na forma de uma distribuição exacerbada de informações, superinformação. Coutinho *et al.* (2008) trazem a contribuição de Patrícia Burrowes, para a qual nesse processo nosso tempo necessário para compreensão de uma mensagem é roubado. Uma informação logo é substituída por outra que vem em seguida. Gutierrez (1978) também descreve sobre essa temática de uma hiperinformação instantânea e universal, que nos coloca num paradoxo de que na era das comunicações, temos problemas profundos de comunicação, tendo o mundo hoje uma característica da incomunicação:

Há autores que atribuem o fenômeno precisamente à desnaturalização da comunicação, originado no fato de que os meios de informação são porta-vozes unilaterais de grupos minoritários que, desde o princípio, deles se apoderaram. Reduzir os meios de comunicação a meios de informação é o que chamamos de desnaturalização ou perversão do processo. A comunicação, já afirmamos, é antes de

mais nada, um problema humano. A comunicação não tem que ser irreversível nem unidirecional. Em síntese, a comunicação é diálogo (p. 31).

Então, não é possível dizer que o avanço das tecnologias de informação caminha necessariamente ao lado do avanço de acesso ou democratização de conhecimento. Isso nos leva a reforçar que não há comunicação ou tecnologia sem discurso, sem interesses daqueles que a produzem e controlam. Daí, faz-se necessário denunciar os meios que veiculam seus interesses ligados ao capital econômico e político com uma roupagem de opinião pública, que é o trabalho desenvolvido por uma série de movimentos sociais, que travam suas lutas por sua fatia de diálogo com o público, utilizando-se das contradições e lacunas dessas tecnologias para promover uma nova alternativa de comunicação.

Para Peruzzo (2013, p. 167-168), as experiências de comunicação comunitária no Brasil significam

uma “outra” comunicação uma vez realizada por setores organizados das classes subalternas, de acordo com as necessidades de mobilização social, de falar com seus públicos e de externar sua visão de mundo na sociedade, com vistas a conquistar a hegemonia.

Desse modo, desde os sindicatos às entidades de base, como grêmios estudantis, são criadas formas e processos de comunicação horizontal e que busquem a participação do seu público na criação de conteúdos conectados à realidade e necessidades da comunidade e com vista à garantia da liberdade de expressão, tão cerceada pela estrutura do sistema de comunicação. E isso se dá tanto em formas analógicas (jornalzinhos, cordéis, lambes, rádios-poste) como digitais (canais no YouTube e Twitch, perfis no TikTok, Instagram e Twitter, blogs e sites). É notável a presença da juventude no meio digital, devido à proximidade que os nascidos após os anos 1990 têm com a internet e tudo o que a ela é vinculado.

Como pontua Miani (2011), a contribuição da comunicação comunitária para o processo de disputa numa sociedade com tamanho monopólio midiático está na possibilidade de “uma ruptura com a concepção e o modo de fazer comunicação das grandes empresas do setor” (p. 230). O processo comunicacional desenvolvido em comunidades promove valores que rompem com a lógica mercadológica dos meios massivos e se propõe a criar experiências baseadas na solução coletiva para problemas coletivos. Colocando o valor de uso no lugar do valor de troca dos conteúdos. E, claro, há casos específicos em que esses valores são distorcidos e uma linha muito próxima à verticalizada dos meios de massa é adotada, repetindo velhos processos antidemocráticos (PERUZZO, 1998). Ou ainda, há casos em que se posicionam tão radicalmente em oposição à comunicação mercadológica que se tornam engessados e pouco

atraentes à comunidade, não cumprindo seu papel de comunicação feita do povo e para o povo, já que esse mesmo povo não tem interesse em consumi-la.

Mas esses eventuais equívocos não podem tirar de norte que a comunicação comunitária contribui fortemente para a melhora da vida das pessoas, por meio de participação social, conhecimento, conscientização, ampliação da cidadania e promoção de direitos humanos para além da liberdade de expressão, como educação, saúde, direitos das mulheres, indígenas, etc. O que Peruzzo (2013) aponta é que essa comunicação é feita na marra atualmente. Os indivíduos que atuam nessa área geralmente o fazem sem qualquer tipo de formação específica, mas sim na prática do cotidiano e com apoio de aliados. Ela aponta, assim, para a necessidade da alfabetização para o domínio das tecnologias e técnicas da comunicação.

Peruzzo (2018) também traça cinco desafios para os movimentos populares na internet, sendo estes: 1) o de qualificar as lutas sociais para que as tecnologias e seu potencial de facilitação do acesso à informação sirva prioritariamente ao bem comum, superando o viés do capital; 2) prezar pela valorização da diversidade e a coexistência da comunicação dialógica com as novas e tradicionais tecnologias, considerando a centralidade da internet na facilitação do acesso ao conhecimento e visibilidade às culturas populares, iniciativas emancipatórias e promover a mobilização e relação entre pessoas; 3) o de superar a ideia de políticas públicas voltadas unicamente para a inclusão digital, mas sim de posicionar as tecnologias no estabelecimento de plataformas de desenvolvimento de conhecimento, comunicação e informação para fortalecimento das estruturas sócio comunitárias; 4) criar e fortalecer comunidades virtuais e presenciais, pois comunidades exigem a existência e manutenção de laços densos e duráveis que se reflitam e sejam beneficiados pela ação coletiva; 5) para superação da tendência individualista e personalista, presente tanto nos indivíduos na internet quanto por parte das lideranças responsáveis pelo manuseio dos veículos comunitários de comunicação, é necessário o desenvolvimento de um senso coletivista em cada parte do processo.

Avaliamos que esses desafios apresentados por Peruzzo se aplicam a toda iniciativa de estabelecer no meio digital uma via contra hegemônica, como também são provocações importantes para qualquer projeto de comunicação popular e comunitária, que devem atentar-se às peculiaridades das técnicas e tecnologias, tal como explorar suas potencialidades sem deixar se esquecer de sua instrumentalização pelo sistema, que tende sempre aos métodos antidemocráticos aos quais a comunicação libertadora se opõe.

Ao longo desta seção, algumas palavras tomaram destaque, como “processo”, “diálogo”, “alfabetização”, “participação”, “libertação”. E é com essas palavras-chave que acreditamos ser

necessário um olhar para a interface entre a comunicação e a educação que em tanto contribui para o fortalecimento de uma nova ordem da comunicação: a Educomunicação.

2.4 Educomunicação: um caminho necessário

Os termos citados no final da última seção explicitam a influência dos conceitos da educação nos estudos da comunicação, especialmente da comunicação popular e comunitária, como discorre Meditsch (2016). Os principais autores a proporem a aproximação entre a comunicação e a educação são Paulo Freire, que exerce também influência sobre os demais, Jesús Martín-Barbero e Mário Kaplún. Todos latino-americanos. No Brasil, Ismar de Oliveira Soares foi responsável por realizar uma pesquisa no Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP) que trouxe a configuração deste campo específico de estudos.

Soares (1999) defende a partir da pesquisa que essa inter-relação não é novidade. Desde o século XX ela é proposta, como ele explana sobre as expectativas de Roquete Pinto em relação à rádio e seu potencial de disseminação de conhecimento e educação, que logo foi frustrado pelo domínio dos objetivos comerciais no veículo. Constata também que os educadores passam, em meados do século, a ter uma preocupação quanto aos conteúdos e ideologias políticas veiculadas nos meios de massa, considerando esse termo “massa” problemático por causa do pressuposto da inferioridade dos espectadores em relação aos meios.

O autor trabalha três hipóteses sobre este campo de estudos: a primeira, a de que se formou e está em consolidação um novo campo de intervenção social, a Educomunicação, que inaugura um novo paradigma discursivo transversal e transdisciplinar; a segunda, de que o novo campo, por sua natureza, se estrutura de modo “processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo” (SOARES, 1999, p. 27), sendo vivenciado pelos atores em suas áreas concretas de intervenção social; a terceira, o reconhecimento da materialização do campo em quatro áreas concretas de intervenção social, que seriam

- a) a *área da educação para a comunicação*, constituída pelas reflexões em torno da relação entre os pólos vivos do processo de comunicação, assim como pelos programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios (“Media Education” ou “Media Literacy”);
- b) a *área da mediação tecnológica na educação* compreendendo os procedimentos e as reflexões em torno da presença e dos múltiplos usos das tecnologias da informação na educação;
- c) a *área da gestão comunicativa* volta-se para o planejamento, execução e realização dos processos e procedimentos que articulam-se no âmbito da Comunicação/Cultura/Educação, criando ecossistemas comunicacionais e, finalmente:

d) a *área da reflexão epistemológica* sobre a inter-relação Comunicação/Educação como fenômeno cultural emergente, o que, no campo da academia, corresponde ao conjunto dos estudos sobre a natureza do próprio fenômeno constituído pela inter-relação em apreço (p. 27)

A proposta dos estudos de Soares é que essas quatro áreas, que pertencem tradicionalmente à comunicação ou à educação, sejam trabalhadas numa perspectiva da Educomunicação, enquanto ações comunicativas no espaço educativo. Também é compreendido pelo pesquisador que elas não anulam uma outra e não são únicas, mas sim resultado de um esforço de síntese. Dessa forma, Soares nos apresenta a uma lapidação do termo e da nova área de estudos emergente. Posteriormente, foram reconhecidas outras grandes áreas de intervenção, sendo elas: Expressão Comunicativa por Meio das Artes; Pedagogia da Comunicação; Produção Midiática. (SOARES *et al.*, 2017)

O colombiano Martín-Barbero (2000) também nos ajuda a compreender alguns aspectos da relação entre os dois campos. Ao olhar para a educação e sua falha em passar o que acontece na Colômbia, o autor nos afirma que devem se tratar inicialmente os problemas de comunicação do sistema escolar. Para ele, o equívoco de muitos é já começar por inserir os meios de difusão na escola, quando isso só reforçaria os obstáculos que ela tem para se inserir nessa realidade. Seus problemas de comunicação estruturantes devem ser revistos antes da inserção dos meios. Fala, assim, da criação de um ecossistema comunicativo, em que seja validada a nova relação com as tecnologias, que proporcionam às crianças e jovens um percepção espacial e temporal diferente dos adultos.

Essa diferença também é pontuada por Gutierrez (1974) que fala de um novo contexto cultural em que as culturas de massa tendem a se universalizar, promovendo uma nivelção de gostos culturais entre as diferentes classes sociais, devido a essas novas tecnologias que eram inimagináveis há algumas décadas. Ressalva também esse novo homem (leia-se aqui “e mulher”), que encontra-se submerso em um acúmulo de estímulos sensoriais que moldam e transformam o seu psiquismo. A criança da era do audiovisual tem, assim, uma resposta diferente a certas provocações em relação a adultos. Ele fala ainda de um terceiro aspecto da comunicação total, que seria o deslocamento do estudante na escola tradicional, que não consegue ter o aparato para receber e formar os estudantes dessa era.

Os Meios de Comunicação Social criaram um meio ecológico diante do qual os muros da escola são refratários. A concepção espacial e temporal também são distintas para o estudante de hoje. [...] Os limites geográficos se ampliaram consideravelmente. O garoto que se senta pela primeira vez no banco da escola já não é aquele garoto tímido do princípio do século, cuja visão apenas sobrevoava os horizontes do seu bairro. Os estudantes são, hoje, cidadãos do mundo (GUTIERREZ, 1974, p. 23).

Ele afirma ainda que os educadores estão enfrentando o desafio e o incômodo que os meios geram, capazes de derrubar os muros da escola, devido a esse deslocamento temporal e espacial. Tal como diz Martín-Barbero (2000), no ecossistema comunicativo, o saber é disperso e pode estar fora dos ambientes tradicionais, onde se acreditava se tratar dos únicos lugares detentores do conhecimento. E isso estaria “trazendo para a escola um fortalecimento do autoritarismo, como reação à perda de autoridade do professor, e não uma abertura para esses novos saberes” (p. 55). Esses dois acontecimentos da comunicação em um ecossistema e da difusão dos saberes deixa, de acordo com o autor, os indivíduos em um tipo de transtorno cultural. Isso pois de um lado há o saber que lhes proporciona um diploma oficial e inserção convencional na ascensão na sociedade, do outro, um saber que pode lhe inserir nas novas dinâmicas do sistema produtivo e de inovação.

Infelizmente, nossa escola não é um espaço para a autodeterminação, conseqüentemente, não é um lugar para aprender a conviver e a harmonizar. Então, muito do saber difuso e descentrado que hoje circula na sociedade é a via de acesso a uma concepção mais democrática e eficiente, isto é, criadora e produtiva. [...] Estou questionando uma escola que, no seu dia-a-dia, não educa democraticamente, por mais que dê cursos de educação cívica e de urbanidade (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 55-56).

Podemos refletir então sobre os jovens nascidos nos anos 2000, que vivenciam o que é trazido pelos autores de forma ainda mais intensa. É essa geração que passou por uma pandemia como a do coronavírus que mudou completamente a forma de nos relacionarmos em todas as instâncias da vida, especialmente na educação das escolas, na qual o meio digital era o único pelo qual se tinha contato com o conteúdo, professores e colegas. A escola teve de ser inserida sem qualquer preparo prévio nas novas tecnologias da comunicação e, enquanto sistema educacional, seguiu a ignorar as maneiras particulares de senti-las que os jovens de hoje têm. Um espaço como o virtual, que para os estudantes significa, em certos níveis, participação, não conseguiu se traduzir com a experiência do Ensino a Distância (EAD). Algo muitíssimo comum é ouvir dos professores a queixa da não participação dos estudantes em aula, do silêncio tão estranho a uma sala cheia de adolescentes ou crianças. Mas como podem eles participarem se o condicionamento estrutural é da não-participação e são raras as aulas que conseguiram ser reinventadas para serem atrativas, disputando atenção com a aba seguinte no navegador ou o aplicativo vizinho no celular.

A atitude defensiva da escola e do sistema educativo estão levando-os a desconhecer ou disfarçar o fato de que o problema de fundo está no desafio que lhe é apresentado por um ecossistema comunicativo, do qual emerge outra cultura, outro modo de ver e ler, de aprender e de conhecer (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 55-56).

Como já falamos anteriormente, em resposta, os educadores tendem a uma postura mais autoritária, aprofundando a repressão à criatividade e formação de pensamento crítico. É formulado um conjunto de normas que visam direta ou indiretamente frustrar a espontaneidade do educando, fazendo o esforço de criar um ambiente para deslocá-los de sua realidade vital (GUTIERREZ, 1974). Como diz Martín-Barbero (2000), a escola tem feito da leitura e escrita algo chato, desinteressante e que é apenas obrigatório para os jovens. Ele acrescenta que em bairros periféricos, o ensino baseado nesse tipo de leitura tem empobrecido o vocabulário dos mais novos, que perdem o contato com sua cultura oral. Desta maneira, o autor reforça que é preciso questionar esse modelo e que “necessitamos de uma escola na qual aprender a ler signifique aprender a distinguir, a tomar evidente, a ponderar e escolher onde e como se fortalecem os preconceitos ou se renovam as concepções que temos sobre política, família, cultura e sexualidade” (p. 58).

Os estudos de Martín-Barbero são atravessados pelos conceitos introduzidos pelo brasileiro e amplamente estudado internacionalmente Paulo Freire, que faz várias aproximações entre os campos da comunicação e educação em sua obra, conectando-as especialmente pelo conceito de diálogo. Mas é em “Comunicação ou extensão?” que ele aprofunda essa inter-relação, ao problematizar o papel do extensionista agrícola.

Freire (2021) faz uma análise do termo extensão e de como ela não pode estar conectada a qualquer fazer educativo, pois educação em nada tem a ver com estender algo a alguém, ou a depositar tal conhecimento em outrem e em nenhuma maneira a uma substituição de um conhecimento ali presente por um outro que seria o considerado “certo”. Isso se referindo ao trabalho de um extensionista em uma comunidade agrícola, que vê em seus conhecimentos acadêmicos o único válido e, por isso, pode estendê-lo aos agricultores como se a sua forma tradicional de cultivo não fosse adequada, para normalizá-la, fazer dela algo mais próximo de seu mundo, agindo como um messias, portador do conhecimento e tentando dominar um meio, um modo de fazer que perpassa gerações e a cultura daquela comunidade, constituindo um saber popular e tão relevante quanto o acadêmico. O autor defende que essa ação de persuasão, de propaganda de um saber, é uma ação domesticadora, pois consiste em um sujeito que persuade um objeto, alvo de sua ação. Enquanto educador, Freire diz que seu papel deve ser ligado ao conceito de comunicação, não de extensão. Na comunicação, no diálogo, se dá entre sujeitos. Assim, afirma que o conhecimento, para dar-se verdadeiramente,

exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. [...] O conhecimento se constitui

nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações (FREIRE, 2021, p. 28-43).

Dessa forma, Freire coloca como objetivo fundamental da educação popular, e que aqui ampliamos para a comunicação popular e comunitária, que a partir das problematizações do homem em suas relações com o mundo, possa ser aprofundada sua consciência sobre a realidade na qual se encontram. E com a consciência, a intervenção na realidade, a práxis.

Entre características antidialógicas da extensão, Freire se atém à invasão cultural exercida pela extensionista. O invasor, estabelecendo uma relação autoritária, reduz a comunidade a objeto de sua ação para sobrepor a ela seu sistema de valores. “Assim, é que toda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade” (2021, p. 49). A manipulação estimula a massificação, classificada pelo autor como o estado no qual ocorre uma desumanização e alienação do homem, que, mesmo pensando o contrário, não decide. Relacionamos isso ao papel que os meios de massa assumem na lógica do sistema capitalista, conforme foi explicitado anteriormente, em que a visão de mundo e cultura estadunidense e europeia é disseminada pelo mundo, enquanto as regiões e culturas situadas na periferia do mundo são negligenciadas e persuadidas ao modo de vida dos países dominantes, tal como se dá em cada país, com o uso do monopólio midiático para manutenção do *status quo* político, social e econômico, exercendo a dominação sobre as classes subalternas. Como resume Freire, “ser dialógico é não invadir. [...] é empenhar-se na transformação constante da realidade” (2021, p. 51). E é isso que move a educação libertadora de que fala o autor, que se reflete na comunicação libertadora proposta por vários estudiosos.

Para Freire, a comunicação pode-se definir na seguinte forma:

Não há, realmente, pensamento isolado na medida em que não há homem isolado. Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação. [...] É o “pensamos” que estabelece o “penso”, e não o contrário. [...] Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação não há sujeitos passivos (2021, p. 84-86).

Logo, a comunicação, por ser diálogo, exige sujeitos ativos participando do processo. Não pode se dar por “comunicados” de um sujeito para um outro que é objetivado, condicionado a ser passivo. Como se dá no modelo de educação que Paulo Freire vai chamar de bancária, devido a esse depósito de informações do professor ao estudante. E como se dá também nos meios de massa, que o autor chama de “meios de comunicados às massas”. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de

sujeitos interlocutores” (2021, p. 89). Percebe-se como tratar de um desses campos de estudo é olhar para o outro ao mesmo passo.

É de se perguntar então o porquê de os estudos de Freire não serem mais amplamente utilizados nos estudos da comunicação, ficando restrito às pesquisas da comunicação popular e comunitária, quando na verdade poderiam perpassar outros campos de pesquisa. Para Meditsch (2016), isso se deve por dois motivos: primeiro, o fato dos trabalhos em comunicação popular e alternativa terem sido deixados em segundo plano a partir dos anos 1990; segundo porque a área acadêmica tem cada vez mais se fechado em si mesma, o que não conversa com os estudos de Freire, que colocam a práxis no centro. Ele afirma:

na dicotomia existente em nossa área, poucos “práticos” se deram conta do potencial da teoria freireana para aperfeiçoar as suas práticas, e a grande maioria nem tomou conhecimento de suas ideias, a não ser por orelhas de livro (p. 138).

Dessa forma, mostrou-se difícil a relação entre as propostas teóricas e práticas que Freire faz e o que se pretendia ensinar nas universidades de comunicação. Seus estudos acabaram por ficar presos aos conceitos, raramente levados à prática, algo que era profundamente criticado pelo autor.

Kaplún (1985) baseia-se em Freire para trazer as definições dos três tipos de educação, as quais ele divide em: bancária, a educação tradicional baseada em transmissão de conhecimento e valores, baseada nos conteúdos; manipuladora, visa moldar os comportamentos das pessoas para fins específicos, com foco na produtividade a qualquer custo, baseada no efeito; e libertadora, defendida por Freire, que valoriza o processo dialógico do aprendizado e de transformação das pessoas e da sociedade, baseada no processo.

O autor elucida sobre a presença diária do modelo de educação manipuladora no nosso cotidiano, especificamente na comunicação. Como nos meios de massa, que se utilizam dos mesmos métodos para moldar a opinião do público e suas condutas, que inclusive trazem majoritariamente esse modelo de educação em suas campanhas educativas. Cita a publicidade, que atua por pressão, repetição e outros métodos que têm como objetivo que o público compre certo produto por meio de táticas ilusórias, como “o desodorante da sedução”. E fala também da propaganda política eleitoral, que se propõe a criar uma pressão para que se vote em um candidato por sua oratória, sem promover uma análise por parte dos cidadãos ao programa de governo.

Visando contribuir para que não se repitam vícios da comunicação bancária ou manipuladora na proposta da comunicação popular e comunitária, ou seja, libertadora, Kaplún (1985) também destaca alguns pontos que requerem atenção dos comunicadores populares. Tais

como: não colocar os efeitos imediatos das ações acima do processo, pois assim não se respeita o ritmo de crescimento e liberdade de cada um dos envolvidos; não confundir comunicação com propaganda e acabar por reduzir os trabalhos da área a slogans; não valorizar quantidade acima de qualidade, leitores e espectadores devem ser capazes de compreender a mensagem e não simplesmente serem muitos; não tratar pessoas como massa, ou os comunicadores estarão se colocando no papel extensionista; não considerar a participação do público como o ato de consumir os conteúdos, mas sim a participação no processo dos trabalhos; não utilizar de efeitos emocionais para atingir o público sem proporcionar a reflexão acerca do conteúdo.

Em suma, esse modelo dirigista tem baixa eficácia, repete modelos que devem ser superados para a comunicação libertadora. Ele também reflete sobre os termos de meios para e meios de povo. Para Kaplún, fazer uma comunicação para o povo, coloca os comunicadores populares em um lugar de não-povo. Quando na verdade o povo e os comunicadores populares são as mesmas pessoas. Logo, é uma comunicação feita pelo povo, comunicação de/com o povo. Nesse sentido, não basta mudar apenas os conteúdos veiculados, deve-se mudar todo o estilo de se fazer comunicação, superando a verticalização e assumindo uma verdadeira horizontalização, que promova a participação da população em sua característica de interlocutora para que os meios de comunicação populares possam ser de fato novos meios de expressão e luta da sociedade (KAPLÚN, 1985).

Da mesma forma, na educação existem uma série de desafios. Os educadores devem estar preparados para proporcionar ao estudante dessa geração a possibilidade de emergir do seu mutismo, para que encontre a sua palavra. Gutierrez, ao falar sobre o tema, defende que “a educação deve proporcionar técnicas de aprendizagem, auto-expressão e participação. Este será, sem dúvida, um passo seguro que obrigará a sociedade a modificar os meios de informação em meios de comunicação” (1974, p. 31). Não se pode pensar a educação sem um profundo processo comunicativo, que este é o maior problema do atual modelo educacional: a falta de comunicação. É onde se encontra a educação dialógica de que fala Freire.

Existem muitas similaridades entre o papel exercido pelo professor numa sala de aula e o papel dos meios de massa na sociedade. Da mesma forma que os meios apenas comunicam, sem abrir espaço real para a livre participação e expressão do ‘receptor’, é assim que a maioria absoluta dos professores encara o magistério. Como pontua Gutierrez (1978), o professor é o maestro que não tem que se preocupar com a possibilidade de seus espectadores o acharem enfadonho ou desagradável, pois todos são condicionados ao silêncio, a não se comunicarem. E por esse condicionamento, que é um processo construído socialmente, estudantes e, em

paralelo, espectadores não se veem como sujeitos de participação, muitos não demonstrando interesse em fazer uso de sua palavra.

Um consenso entre os autores até aqui trabalhos é o de que é urgente uma educação para os meios de comunicação que promova entre os estudantes um pensamento crítico, para que saibam ler um noticiário, por exemplo, e não tomá-lo como algo neutro, sabendo que ele constitui uma série de significados. E acrescentamos que essa mesma educação deve levar essa criticidade ao nível da ação, para os estudantes possam conceber suas próprias ferramentas de comunicação popular e comunitária, como agentes de transformação da realidade que são.

Diante disso, interessa agora a este trabalho apresentar a metodologia que será empregada para alcançar os objetivos propostos.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho, de natureza exploratória, foi realizado com estudantes de escolas da cidade de Caruaru e Toritama. Inicialmente, seria realizado em uma instituição da rede estadual de ensino, mas, devido à pandemia e agenda específica da Escola de Referência em Ensino Médio Vicente Monteiro, o diálogo foi enfraquecido. Da mesma forma se deu com a segunda instituição com que se estabeleceu contato, o Instituto Federal de Pernambuco em Caruaru.

Após estas duas tentativas, compreendeu-se que a pandemia ainda seria uma dificultadora da realização presencial ou híbrida do presente projeto, com isso em vista, buscaram-se alternativas. A saída foi realizar uma convocatória nos grupos de WhatsApp ligados ao movimento social União da Juventude Socialista, do qual o autor deste trabalho faz parte. Dessa forma, foram reunidos estudantes de diversas escolas que integraram o projeto.

Como método de pesquisa, foi escolhida a pesquisa-ação, que é definida por Michel Thiollent (1986, p. 14) da seguinte forma:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Essa definição nos dá abertura para pensar a pesquisa-ação para além do concebido por alguns grupos de que essa metodologia teria papel exclusivo para "orientação de ação emancipatória e a grupos sociais que pertencem às classes populares ou dominadas" (THIOLLENT, 1986, p. 14). O autor defende que é possível usar a pesquisa-ação nas mais diversas realidades, tendo como principais características o compromisso participativo e reformador, diferenciando-se da pesquisa participante especialmente pelo fato de que existe, na pesquisa-ação, a necessidade da participação do grupo selecionado na solução do problema encontrado. Nesse sentido, Thiollent (1986, p. 16) resume aspectos principais desse método:

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e grupos considerados.

O autor diz que os objetivos e o contexto social definem os caminhos para a pesquisa-ação. Dessa forma, nos ajuda a compreender o contexto classificando-o em três casos: no primeiro, a pesquisa-ação é organizada para um ator social específico e homogêneo, a fim de realizar objetivos práticos deste, que pode encomendar ou controlar a pesquisa; no segundo, a pesquisa é realizada em uma organização com hierarquia ou relações problemáticas entre grupos existentes; no terceiro, é desenvolvida num espaço aberto, como um bairro, e exige uma precaução do pesquisador para não assumir um papel “missionário”.

Entre os casos apresentados por Thiollent, o que se aplica no presente estudo é o segundo, por se tratar de uma pesquisa em instituições de ensino básico. Sobre esse caso, devido à hierarquia que estrutura a organização, o autor pontua:

Considera-se, no plano ético, que os pesquisadores da linha da pesquisa-ação não podem aceitar trabalhar em pesquisas manipuladas por uma das partes nas organizações, em particular por aquela que está mais vinculada ao poder (THIOLLENT, 1986, p. 17).

A fim de elucidar a formulação do projeto da pesquisa-ação, Thiollent (1986) também sugere três objetivos que podem se aplicar: objetivo prático, que consiste na solução do problema central da pesquisa; objetivo de conhecimento, para adquirir compreensões que seriam difíceis de se conseguir em outro método; e o terceiro se trata da produção de conhecimento que possa ser útil para a coletividade, em outros estudos e a outras pessoas além do grupo envolvido na pesquisa, sendo esta última a que se aplica a este trabalho.

Todos os estudantes possuíam internet em suas residências para as oficinas realizadas no projeto, que acontece de forma remota e on-line devido à pandemia da Covid-19. Utilizaram de seus celulares e/ou computadores pessoais.

Para formulação do plano de ação, é levado em consideração o que Thiollent (1986) defende como aspectos necessários para se ter a precisão da pesquisa:

- a) Quem são os atores ou as unidades de intervenção?
- b) Como se relacionam os atores e as instituições: convergência, atritos, conflito aberto?
- c) Quem toma as decisões?
- d) Quais são os objetivos (ou metas) tangíveis da ação e os critérios de sua avaliação?
- e) Como dar continuidade à ação, apesar das dificuldades.
- f) Como assegurar a participação da população e incorporar suas sugestões?
- g) Como controlar o conjunto do processo e avaliar os resultados? (p. 69-70).

As oficinas foram formuladas a partir de uma reunião com estudantes, para compreensão e diagnóstico sobre o contexto de cada instituição de ensino, as relações entre as partes da comunidade escolar e sua forma de utilizar os meios de comunicação. Sendo assim, as oficinas constituem uma introdução ao que é comunicação e suas possibilidades dentro da instituição e

facilitação sobre uso de ferramentas e técnicas de texto, imagem, vídeo e áudio. Ao fim de cada oficina, é pensado pelos estudantes, com acompanhamento do pesquisador, um produto comunicacional que possa ser desenvolvido a partir do que foi apresentado e discutido.

Após o fim do ciclo de oficinas, esperou-se ter um grupo de estudantes agentes de comunicação, que pudessem multiplicar os seus conhecimentos com seus pares, dando continuidade aos projetos e desenvolvendo novos.

A partir dessa metodologia, foi realizada a pesquisa-ação, que será melhor explicada no próximo capítulo.

4 A FORMAÇÃO DE AGENTES DE COMUNICAÇÃO EM ESCOLAS

Durante a concepção do projeto, alguns gargalos se apresentaram, reflexos diretos e indiretos da pandemia. Inicialmente, o projeto foi pensado para ser realizado numa comunidade escolar bem delimitada presencialmente: uma escola estadual de referência em ensino médio, localizada entre três bairros, sendo um deles o maior da cidade, o Salgado. Porém, devido à pandemia, as escolas tinham um calendário instável, como o revezamento entre os estudantes que iam presencialmente à escola ou o fechamento da estrutura física por decretos estaduais. O conjunto que se fez nesse cenário deixou o diálogo com a escola enfraquecido, mesmo que a gestão e os estudantes parecessem abertos ao projeto.

Esse processo se deu por cerca de três meses, até estabelecer-se contato com o grêmio estudantil do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) em Caruaru em julho. Porém, devido à burocratização da instituição, o projeto encontrou novamente um impedimento para sua realização em uma comunidade específica, especialmente pelo fator do tempo hábil. Vale ressaltar que não há aqui uma tentativa de estabelecer juízo de valor quanto à burocracia interna do IFPE, este tem seus motivos institucionais para tais protocolos.

No mês de agosto de 2021, foi tomada a decisão de ampliar-se a estratégia de realização do projeto. Passamos a compreender que o projeto poderia envolver estudantes de diversas instituições de ensino de Caruaru. Assim, cada estudante poderia idealizar um projeto para a realidade de sua escola.

Dessa forma, foi lançada uma convocatória para estudantes do ensino médio interessados em comunicação, produção de conteúdo para redes sociais digitais, fotografia, vídeos e afins. Foi veiculada em grupos de estudantes ligados à União da Juventude Socialista, a UJS, movimento do qual o autor do presente trabalho faz parte e por este motivo teve a abertura necessária para dialogar com esses adolescentes. Osvaldo Bertolino (2014) explana sobre como a UJS nasceu em 1984 numa necessidade de reorganização da juventude brasileira no momento de transição da ditadura militar, com uma proposta de reunir jovens estudantes, trabalhadores, esportistas, artistas, do campo e da cidade. A entidade sempre teve laços profundos com o movimento estudantil, tendo longa trajetória na União Nacional dos Estudantes e na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. E, por esse histórico de articulação com jovens estudantes, foi que se percebeu uma oportunidade de convocar esse público a engajar-se na pauta da comunicação dentro de seu ambiente escolar.

Um grupo inicial de dez estudantes foi organizado, com representantes das escolas Professora Elisete Lopes De Lima Pires; GGE Caruaru, único privado a passar pelo projeto;

Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Professor Lisboa; EREM Padre Zacarias Tavares; Escola Jesuina Pereira Rego; Escola Estadual Estelita Timóteo, de Toritama. O grupo indicava-se como promissor devido à sua diversidade e compreensão prévia de todos sobre o calendário dos encontros e da empolgação geral com as possibilidades que poderiam desenvolver nesse circuito com outras instituições de ensino.

No entanto, algumas dificuldades se apresentaram. Tais como conexão de internet instável, realidade da maioria dos lares brasileiros, como apontam os estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazidos no portal de jornalismo R7 (DUNDER, Karla, 2021). Existe um abismo de desigualdade social nesse quesito, tanto entre as regiões do Brasil quanto entre estudantes da rede privada e pública. A média nacional em 2019 para a rede privada é de 98,4% dos estudantes com acesso à internet e 83,7% na rede pública de ensino. Essa diferença já é alarmante, mas quando olhamos para as regiões Norte e Nordeste, temos um cenário ainda mais preocupante: apenas 68,4% e 77,0% dos estudantes tiveram acesso à internet, respectivamente. E a maioria absoluta em todas as redes utiliza o celular para conseguir estudar (96,8%). Dentro do universo restrito dos jovens com acesso à internet, ainda temos o fator de estabilidade e velocidade da internet, que não foi levantado na pesquisa do IBGE.

Outro fator foi a necessidade de conciliar escola e trabalho, que cresceu entre os estudantes secundaristas brasileiros durante a pandemia da Covid-19, como apontado na pesquisa Juventudes e Pandemia (2021), divulgada pelo Conselho Nacional de Juventude em parceria com diversas instituições. Na pesquisa, discorre-se sobre aspectos como saúde, trabalho, renda e educação. Entre 2020 e 2021, percebe-se que há um aumento na quantidade de jovens buscando emprego, de 3 a cada 10 para 4. Além disso, mais de 2 em cada 10 jovens dizem que estão buscando emprego devido à pandemia da Covid-19. Sendo, em 2020, 29% dos jovens procuravam emprego; em 2021, 36%. A maioria dos que estão trabalhando também estão estudando (54%).

Os problemas de saúde mental, como ansiedade, também influenciaram no descontinuação de alguns estudantes do projeto, como dito pelos mesmos ao solicitarem seu afastamento. De acordo com a pesquisa divulgada pelo Conselho Nacional de Juventude,

Em 2020, a tendência a sentimentos negativos marcou a questão de saúde mental como tema prioritário entre jovens. Mais de um ano após o início da pandemia, 6 a cada 10 jovens relatam ansiedade e uso exagerado de redes sociais; 5 a cada 10 sentem exaustão ou cansaço constante; e 4 a cada 10 têm insônia ou tiveram distúrbios de peso. Todas essas situações são ainda mais relatadas entre mulheres. E a idade parece mudar a percepção sobre questões de saúde: quanto mais velhos, mais apontam múltiplos impactos em seu estado físico e emocional; quando mais novos, mais indicam brigas frequentes dentro de casa (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021).

Portanto, foi tida a preocupação com o acompanhamento da realidade de cada jovem, como é de natureza da comunicação comunitária e da educação. Já que se faz necessária a compreensão e consulta das especificidades de cada membro em um coletivo para que todos se sintam e sejam de fato parte. Isto com a finalidade de que, dentro de suas potencialidades e dificuldades, todos pudessem ter uma participação que julgassem satisfatória.

Logo, alguns jovens acabaram por se afastar do projeto. Por motivos ligados ao trabalho: Everton Miguel da Silva, Maria Grazielle Martins da Silva e Vitória Beatriz da Silva Santos, todos da EREM Prof^a Elisete Lopes, Ana Clara Rodrigues (EREM Prof^o Lisboa) e Maria Eduarda Ventura da Silva (GGE Caruaru). Sem justificativa: Emmely Patgeo Rodrigues De Melo e Maria Eduarda Araújo Soares, da Escola Jesuina Pereira Rego. E por fim, Michelle Silva de Amorim (EREM Prof^a Elisete Lopes), que preferiu se afastar por questões ligadas à saúde mental.

Assim, o grupo foi reestruturado após o primeiro encontro, totalizando 5 jovens das escolas: Escola Técnica Estadual (ETE) Nelson Barbalho; EREM Padre Zacarias Tavares; Escola Estadual Estelita Timóteo; Escola Municipal Professora Laura Florêncio. Todos conseguiram participar dos encontros e estruturar seus projetos. Isso se deu especialmente pela oferta de encontros de “reposição” para que, seja qual fosse o motivo, ninguém ficasse para trás nos conteúdos e debates. Os encontros também foram gravados e disponibilizados para consulta.

Tabela 1 - Apresentação dos estudantes voluntários no projeto

Nome	Idade	Escola	Cidade
José Lucas de Azevedo Santos	17	EREM Padre Zacarias Tavares	Caruaru
Maria Eduarda Silva	17	Escola Estadual Estelita Timóteo	Toritama
Alexsandro R. de Magalhães	17	Escola Estadual Estelita Timóteo	Toritama
Vanessa Kesla B. Alcântara	13	EM Professora Laura Florêncio	Caruaru
José Ricardo Barbosa	16	ETE Nelson Barbalho	Caruaru

José Lucas de Azevedo Santos é morador do bairro do Salgado, o mais populoso de Caruaru e onde também está situada sua escola, a Padre Zacarias Tavares. Lucas começou o ensino médio ainda presencial. Na escola, já existia uma rádio poste da qual os estudantes participavam. Com a pandemia, a escola foi assaltada, teve os equipamentos da rádio roubados,

então na retomada presencial e gradual no segundo semestre de 2021, não foi possível a reativação desse veículo na escola. Lucas, como vários de sua idade, utiliza muitas das ferramentas de comunicação e redes sociais digitais disponíveis, como o TikTok e VSCO, aplicativo de edição de imagens e vídeos com uma comunidade de criadores.

Maria Eduarda Silva e Alexsandro R. de Magalhães são estudantes da mesma turma de terceiro ano do ensino médio na Escola Estadual Estelita Timóteo, em Toritama. A escola, de acordo com os estudantes, nunca contou com nenhum projeto continuado de comunicação. Tal como não possuía muitos equipamentos, tendo apenas um projetor e adquirindo no final de 2021 uma TV. A escola não contava com computadores, caixa de som ou microfone. Alexsandro possui um notável interesse em cinema, compartilhando suas opiniões sobre as peças cinematográficas em seu perfil no Instagram e no Letterboxd, comunidade voltada para amantes da sétima arte. Já Eduarda, tem um apreço pela música e desprende um tempo considerável na plataforma de vídeos Youtube.

Vanessa Kesla B. Alcântara é a mais jovem do projeto, com 13 anos. Ela não chegou a vivenciar em plenitude a escola presencialmente, devido à pandemia da covid-19, mas destaca que não havia computadores na escola e nunca chegou a ver o uso de outros equipamentos do gênero. Vanessa mostra facilidade em manusear as ferramentas de edição do TikTok, tal como ter ideias criativas para as redes sociais digitais.

José Ricardo Barbosa é estudante do curso de Áudio e Vídeo do ETE Nelson Barbalho. Ele é um dos últimos a compor a formação final do grupo. Sempre traz boas observações e, devido ao curso em sua escola ser voltado à comunicação, ele maneja alguns conceitos e termos da área. A escola, por sua vez, tem um corpo de técnicos e professores em sintonia com as novas tecnologias da comunicação. Há também uma estrutura voltada aos projetos desenvolvidos nas disciplinas, como estúdio de vídeo, chroma key, computadores, iluminação e câmeras.

A expectativa quanto aos encontros é expressa por alguns no formulário de inscrição sobre sua motivação para ingressar no projeto: “amei a ideia do projeto, topei logo que vi a explicação, muito interessante” (Maria E. Silva, 2021); “tua empolgação falando sobre o tema e a educomunicação foram fatores fortíssimos” (Alexsandro R. de Magalhães, 2021); “aprimorar ainda mais a minha comunicação, aprender coisas novas e me tornar uma pessoa mais criativa” (Vanessa Kesla Bezerra Alcântara, 2021);

Quando recebi o convite fiquei muito, muito impressionado, pois saber que jovens, como eu, ainda tem o pensamento voltado para a comunicação é incrível. Então, eu não poderia perder tempo e decidi aprender mais sobre essa área, na qual gosto e admiro muito. Portanto, eu aceitei porque sei que a comunicação facilita muita coisa e por isso quero saber mais sobre ela e como ela pode me ajudar, principalmente fora das redes. Por fim, espero que nesses encontros eu possa viver, aprender e conhecer

mais sobre esse recurso tão importante para todos nós, que é a comunicação/fala. (José Ricardo Barbosa, 2021)

Como a participação de todos é uma chave fundamental para a realização do projeto, os encontros foram facilitados pelo autor deste trabalho com a atenção em não estabelecer um “monólogo”. Com isso, se quer dizer que os estudantes foram sempre questionados, consultados e, principalmente, convidados a trazer suas experiências e conhecimentos prévios. A comunicação é sobre diálogo, tal como o é a educação. Essa participação se faz crucial ao processo educativo, por compreender-se que se trata de um processo essencialmente comunicativo, como defendido por Gutierrez (1978).

Gutierrez também nos apresenta, nesse sentido, a um dos grandes desafios dos educadores desse tempo, ao dizer que “nós, educadores, estamos experimentando, na própria carne, o desafio e o incômodo que produzem os meios de comunicação que tratam de derrubar os muros da escola” (1978, p. 23). Ele fala de como uma grande problemática do ensino escolar é estar muitíssimo desconectado com a realidade do jovem estudante. Temos a escola como última instância de resistência ao conteúdo midiático que está presente no cotidiano de cada criança e adolescente.

E isso era apontado pelo autor em 1978. Quatro décadas depois, nos anos 2020, o cenário não é muito diferente. Na verdade, podemos dizer que, com as novas tecnologias da informação e comunicação, o contexto é ainda mais intenso, com ênfase nas contradições entre a escola e a vida. Que causam no jovem frustrações e cansaço profundos, que não condizem com o papel educador de uma escola. Gutierrez aponta que um problema essencial da educação é sua incomunicação, que é a ausência de diálogo e, assim, incapacidade da formação do pensamento crítico.

Então, na reinvenção do método tradicional de ensino, e na busca por métodos educacionais, é necessária a compreensão do jovem situado em sua realidade e no mundo midiático que está ao seu redor. Tal como ter na participação uma chave importantíssima do processo de aprendizagem. Especialmente quando recorremos a Freire (2021) para lembrarmos que a educação só se faz quando todas as partes envolvidas são sujeitos, não objetos receptáculos de informação. Gutierrez contribui dizendo que “este tipo de comunicação implica que o professor já não é o sabe-tudo, mas sim um co-investigador, co-aprendiz e co-responsável pela ação educativa” (1978, p. 45).

As oficinas foram estruturadas tendo essa linha educacional como guia, tanto para melhor assimilação dos jovens quanto para que se sentissem com a abertura para fazer algo que

geralmente nos é negado no ensino tradicional: opinar, participar e ensinar também. Assim como reconhecendo o erro e conflitos como parte do processo e, logo, parte da aprendizagem.

Foi montado um cronograma que foi apresentado para o primeiro grupo e que se manteve no que diz respeito aos conteúdos, mas as datas foram sendo ajustadas a partir da disponibilidade do conjunto de pessoas.

O primeiro encontro chamou-se “Que comunicação é essa aqui? - Uma análise crítica da mídia.”. E consistiu na apresentação da formação, do cronograma, da metodologia e dos membros. Na sequência, foi feita uma introdução à análise crítica da mídia, o poder de influência, controle e manutenção de um *status quo* na sociedade. Neste momento, buscou-se ampliar a percepção dos adolescentes quanto ao que seria comunicação. E mais que isso: qual seria o seu papel enquanto direito humano.

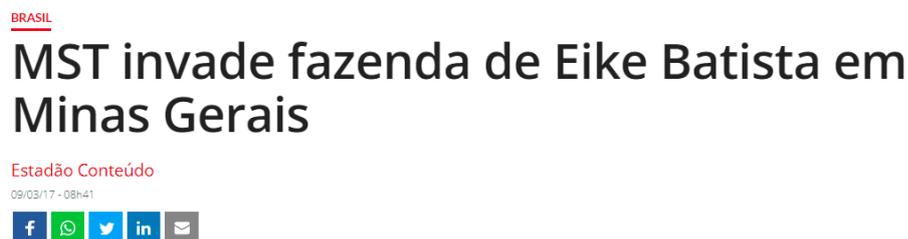
Buscou-se abordar também peças publicitárias, além das jornalísticas. A escolha se deu para que se fizesse percebida a comunicação presente no nosso consumo de produtos diversos e como nos últimos anos há a cobrança dos consumidores quanto ativismo das pautas de mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Interssexuais, Assexuais (LGBTQIA+), negros e negras, pessoas com deficiência e outros grupos sub-representados. Já as matérias jornalísticas são essenciais para compreender o papel da mídia na manutenção do senso comum, na naturalização ou estranhamento de pautas e questões sociais e, especialmente, no poder político e econômico associado às mídias tradicionais.

Nesse encontro, os jovens trouxeram importantes pontos de suas compreensões acerca do tema em debate. Ao serem questionados sobre o que é comunicação, Lucas Azevedo trouxe uma contribuição:

Comunicação é tudo aquilo que a gente faz no nosso dia a dia, tipo... A gente precisa da comunicação para sobreviver, até porque um dos dons do ser humano é a comunicação. Para mim é essencial e estamos sempre utilizando, tanto para ajudar outras pessoas quanto para nos expressarmos. A mídia é muito atacada, a galera da comunicação também é muito atacada, do jornalismo. Por que? Por falar a verdade. Eu acho muito corajoso e bonito (2021).

Todos se sentiram contemplados na fala de Lucas, com a adição de um comentário de Vitória Beatriz, que teve neste o seu primeiro e último encontro no projeto devido às questões já apresentadas: “Comunicação também é troca de conhecimentos, diálogo” (2021). E quando foram apresentados exemplos de manchetes que violavam os direitos humanos, como o caso do uso de “ocupação” ou “invasão” ao se referir às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), chamaram a atenção para o uso político dessas palavras e da abordagem jornalística.

Figura 1 - Manchete 1



Mulheres integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram nesta quarta-feira, dia 8, uma fazenda de Eike Batista em Itatiaiuçu, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). A Fazenda Santa Terezinha tem 3 mil hectares e estaria improdutiva, segundo o MST.

Fonte: Istoé, 2017

Figura 2 - Manchete 2



Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ocuparam na madrugada desta quarta-feira (26) fazenda que pertence à MMX, empresa de Eike Batista, em São Joaquim de Bicas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Cerca de 200 famílias estão no local, conforme o MST. A MMX está em recuperação judicial.

Fonte: Jornal do Comércio, 2018

Quando questionados sobre a diferença entre as manchetes, prontamente apontaram o uso da palavra invadir. Alexsandro diz que “invadir” é uma palavra agressiva, negativa. Diz que, quando se lê, já é causado um impacto, colocando “quem invade” nesse lugar de “errado”. Lucas reconhece que o MST toma essas ações em terras “abandonadas”, e por isso as ocupam.

Os jovens também fazem observações sobre ao uso das cores em capas de revista como a Istoé, do Grupo Globo:

Nas capas a gente tem um favoritismo né. Uma forma ou apoiar a figura que está sendo mostrada, ou dar uma carga negativa para ela. Fazer aquilo de “isso aqui é errado, é perigoso”. Até mesmo na cor, como o azul que passa seriedade e é ligado àquele grupo [de João Dória, PSDB], ligado à mudança, ao futuro. Enquanto nos outros, o vermelho, o amarelo [capas com Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro] (Alexsandro R. de Magalhães, 2021).

A discussão sobre violação dos direitos humanos foi feita com apoio do Professor Dr. Diego Gouveia Moreira, que explanou sobre programas televisivos e outros formatos midiáticos que os violam cotidianamente. Foram apresentadas duas propostas para o grupo se

posicionar quanto a isso: 1 - denunciar ao identificarem essas violações; 2 - criarem suas próprias narrativas.

Com isso, buscou-se que os estudantes tomassem consciência de suas próprias potencialidades. De que, para além de criticar a mídia com qualidade, podem construir estratégias de comunicação para traçar narrativas próprias em suas escolas, junto à comunidade de dentro e de fora da instituição, preenchendo as lacunas deixadas pela mídia de massa, com vista à democratização dos meios de comunicação. Isso se faz possível por meio do empoderamento, conceito trazido por Paulo Freire (2021) que destaca a necessidade de o indivíduo se reconhecer como parte de uma realidade coletiva e tomar para si o dever e a possibilidade de transformá-la.

O segundo encontro teve como objetivo apresentar ao grupo a comunicação comunitária. Foi traçado um contexto histórico do surgimento da comunicação popular na América Latina e no Brasil e as transformações até a redemocratização em 1988 e dias atuais. Na atualidade, existem dois pontos centrais abordados na formação: a democratização da mídia e a constituição cidadã de 1988 e as jornadas de junho de 2013.

Dentro do primeiro, foi reforçado o direito humano à comunicação que é garantido, por exemplo, na constituição brasileira e que é ameaçada quando existem grupos de famílias que detém a maior parte do que é consumido em mídia no país. Assim como também, desde a redemocratização, não tivemos um programa e políticas de governo que incluíssem a pauta de uma mídia democratizada, ou de uma educação para a mídia. O grupo é convidado a questionar sobre se a comunicação acontece verdadeiramente nesses termos e se há uma comunicação imparcial verdadeiramente, como a maior parte da mídia de massa se apresenta.

Sobre o segundo ponto, abordamos pela ótica apresentada por Peruzzo. Em junho de 2013, houve uma série de manifestações que tiveram nas redes sociais um apoio muito importante de divulgação. Vale destacar que esses protestos não nascem da internet, tendo como ponto de partida o espaço de debate físico contra o aumento da passagem na cidade de São Paulo. Então, a internet é essencialmente um canal de propagação que potencializa o alcance.

Durante e após esse período, movimentos já tradicionais se colocaram no papel de disputar esse espaço digital, sejam do campo da direita ou da esquerda. Um exemplo é a própria União Nacional dos Estudantes (UNE), que reinventou o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA) para ser não apenas seu braço cultural, mas também uma rede de estudantes midiativistas de todo o Brasil. Outros nasceram desse momento, como o Movimento Brasil Livre (MBL), movimento liberal que passou a eleger vereadores já nas eleições de 2016 e com maior expressividade nas eleições gerais em 2018. Também foram compartilhados canais de

comunicação que surgiram ou foram intensificados, como os Jornalistas Livres, Mídia Ninja e Design Ativista.

Para contribuir na ampliação da compreensão quanto à comunicação, foram apresentados conceitos de comunicação pública e governamental (BRANDÃO, 2009) e da comunicação popular, alternativa e comunitária, utilizando-se da literatura de Peruzzo (2006), Miani (2011) e Deliberador e Vieira (2006). Isso com o objetivo de deixá-los munidos de informações para que possam debater sobre os tipos de comunicação e no qual o seu projeto se encaixa.

Na sequência, foram apresentados exemplos de formas de fazer comunicação comunitária com as ferramentas disponíveis e de acordo com a realidade de cada local. Fanzine; podcast; perfis no instagram, TikTok, Twitter; teatro; lambe; adesivo; rádio poste; site; grafite e panfleto. Esses foram alguns dos meios que foram discutidos no encontro, além das estratégias de como realizar nas escolas como por meio de parceria com professores para ligar os conteúdos vistos em sala a uma peça midiática, pela formação de um grêmio estudantil ou coletivo de cultura, intervalos e shows de talentos. Foi trazido também o conceito de transmídia (JENKINS, 2008) para que pudessem perceber as possibilidades de migração de conteúdos entre diversas plataformas. Na verdade, que tomassem novas perspectivas a partir de seus contextos para ampliar as chances de uma estratégia de comunicação que pudesse estar presente das mais diversas formas no cotidiano de todos da comunidade escolar.

Realizamos uma pequena dinâmica para chegarmos às palavras que eles relacionavam à comunicação comunitária após o encontro. E os termos falados foram: comunidade, movimento, diversão, pessoas, movimentação, voz, direitos, poder, desenvolvimento, informação, resistência, conhecimento, participação, cultura, asas, liberdade, viver. Percebe-se que a compreensão sobre comunicação enquanto direito humano que proporciona a luta pelos demais direitos individuais e coletivos já parece ser assimilada e apropriada pelo grupo.

No terceiro encontro, foi realizada uma oficina de produção de texto para as redes sociais. Nele, resgatamos alguns conceitos textuais, especificamente os fatores da textualidade, esse conjunto de características que dão sentido a um texto. Com base em Rocha e Silva (2017), discutiram-se a coesão, coerência, intertextualidade, intencionalidade, situacionalidade, informatividade e aceitabilidade. O objetivo nesse momento foi de contribuir para as estratégias de comunicação utilizando a compreensão do que é cada forma de expressão e cada gênero textual. Isso se faz necessário devido ao grande foco do ensino tradicional em estudar quase que exclusivamente a linguagem escrita, negligenciando a oralidade. Então faz-se necessário ampliar o que se compreende por texto. Uma imagem, um vídeo, meio sonoro, texto escrito ou uma combinação de todos. Cada linguagem tem seu objetivo e o mesmo conteúdo pode ser

transformado em sua compreensão a partir delas. Nesse sentido, fez-se destaque ao uso dos fatores de textualidade para melhor atingir os objetivos estabelecidos na concepção do projeto de comunicação. A exemplo da intertextualidade presente no gênero meme, que só se faz compreendido devido às referências estabelecidas pelo leitor.

O quarto e penúltimo encontro foi voltado para a produção de conteúdo utilizando o celular. Como já anteriormente citado, a maioria dos jovens tem este aparelho como único ou principal instrumento de estudos. Então a oficina se deu em torno de como capturar imagens, vídeos e áudio com a melhor qualidade possível. Além de aplicativos gratuitos que poderiam contribuir para o resultado desejado, como o editor de imagens *Snapseed* e os editores de vídeo *CapCut* e *Inshot*. Além do aplicativo de gravação de áudio ASR.

Com isso, foram feitas trocas sobre as experiências que cada um já teve na produção de conteúdo. Entre todos, apenas dois comentaram de projetos anteriores. Lucas já fazia parte do projeto de rádio na escola, que foi interrompido devido ao roubo dos equipamentos durante a pandemia em 2020. Ricardo já conversava com os coordenadores técnicos do ETE em que estuda sobre a implementação de uma rádio, além de já ter feito, junto à coordenação da escola e outros estudantes, um banco de imagens da comunidade escolar.

O último encontro teve um intervalo de 15 dias, para que o grupo tivesse tempo de formular as ideias e escrever seus projetos. Foi disponibilizado um modelo para guiá-los e foram feitas várias conversas individuais por ligação e/ou mensagens ao longo desse intervalo.

Falando sobre os projetos, tivemos dois voltados para os meios sonoros. José Ricardo, do ETE Nelson Barbalho, escola voltada para o audiovisual, teve a ideia de uma rádio no intervalo da escola. O CastNB tem a proposta de ser um projeto vitalício para a instituição. Com duração de uma hora, o programa consiste em quadros fixos, entrevistas, cultura, notícias, músicas, coberturas de eventos e atividades. Já há um professor do ciclo técnico disposto a “apadrinhar” e orientar a rádio, para que possam trabalhar na prática o que vêm nas aulas, beneficiando a comunidade escolar.

Para garantir o mais amplo alcance e participação na rádio, não apenas os estudantes do período integral estarão envolvidos, que une a formação do ensino médio ao técnico, como também os que têm aulas à noite, no curso subsequente. Dessa forma, projetos como podcasts criados pelo período noturno também serão integrados ao projeto. A estratégia de divulgação se dá especialmente no meio digital, utilizando os perfis do grêmio, do projeto Protagonismo e o institucional da escola. Além disso, quer-se utilizar lambes, cartazes e o site do ETE. Ricardo também lista o que se faz necessário para a execução, tendo em vista que deseja-se transmitir a rádio ao vivo no refeitório. Como a escola já é voltada para a comunicação, existe maior

facilidade no que diz respeito a equipamentos, tendo os computadores do laboratório e cabos, microfones e caixa de som disponíveis, além de uma internet que comporta a transmissão, que será feita via chamada pelos aplicativos Zoom ou Google Meet de um computador na base e um outro na ponta, com a caixa de som no refeitório. O destaque que se faz é no sentido de força humana para que o CastNB não seja descontinuado.

O segundo projeto de mídia sonora também é de uma rádio poste, encabeçada por Lucas Azevedo, do EREM Padre Zacarias Tavares. O Projeto Cultura Jovem e Rádio nas Escolas tem o objetivo de proporcionar um espaço para a cultura dos estudantes, através da plataforma da rádio nas unidades escolares durante os intervalos, com uma programação muito similar ao do CastNB. Lucas destaca a importância do apoio financeiro e “moral” da gestão escolar, para que os equipamentos que foram roubados em 2020 sejam adquiridos novamente, como mesa e caixas de som, notebooks, entre outros.

Vanessa Kesla é a mais jovem do projeto, com 13 anos de idade, mas isso não quer dizer que seu projeto seja imaturo. Estudante do oitavo ano do fundamental, ela quer fundar um grêmio na sua escola, a EM Professora Laura Florêncio. Ela fez uma coisa fundamental na construção de um projeto de comunicação comunitária: uma consulta. Kesla escutou a opinião de alguns colegas sobre a formação de um grêmio, que foram todas de incentivo, já que o grêmio é uma representação da voz dos estudantes. Ela pretende colocar em prática o que aprendeu na formação desde a convocatória até os projetos que promoverá na gestão da entidade estudantil.

Mesmo estudando na mesma instituição em Toritama, a Escola Estadual Estelita Timóteo, Alexandro Rodrigues e Maria Eduarda fizeram projetos distintos. Eduarda tem a ideia de um projeto contínuo de inclusão social e respeito às diferenças no ambiente escolar a partir da comunicação interna da escola. Entre os objetivos, ela destaca o de debater as mudanças necessárias para tornar a instituição mais inclusiva, conhecer as necessidades de cada estudante para fazer uma escola mais acolhedora, criar redes de apoio entre alunos, gestores, familiares e profissionais qualificados como psicólogos e assistentes sociais. Tudo isso se resume ao último objetivo que ela elenca: reconhecer que toda pessoa tem direito à educação. Ela propõe que todo mês sejam separados de quatro a cinco dias letivos para o projeto ser integrado ao calendário, incluindo os objetivos acima e também uma ou mais atividades culturais que abordem o tema social daquele mês, como uma sessão de filmes, documentários, entre outras possibilidades.

Alexandro optou por uma campanha sazonal voltada à conscientização sobre o direito ao voto e participação política. A proposta é que sejam feitas ações em 2022 para que os jovens de 16 a 18 anos de idade tirem seu título e compreendam a relevância desse ato. Ele pontua que

uma equipe de estudantes seja formada para passar nas salas com panfletos e cartilhas informativas. Além disso, propõe um mutirão de emissão de título de eleitor na escola.

Devido ao tempo hábil para esta pesquisa-ação e às férias escolares, não foi possível realizar os projetos idealizados pelos estudantes. Assim, é avaliado aqui o projeto escrito por cada um, tal como também foi feito no último encontro para todos.

O estudante José Ricardo, do ETE Nelson Barbalho, consegue desenvolver o projeto de forma maturada, observando bem os detalhes operacionais da transmissão da rádio e a integração com técnicos, professores e estudantes fora do seu turno e idade. Isso se deve significativamente à sua formação escolar voltada para o ensino técnico da comunicação, já tendo realizado projetos deste tipo. O projeto de Lucas Azevedo, também uma rádio, segue o mesmo caminho. Ele tem compreensão sobre como seria a execução e já traz a participação de cada turma, sugerindo que parte da equipe da rádio passasse nas salas de aula para que a turma escolhesse uma música para representá-la na transmissão. Ambos trazem a preocupação de que os estudantes possam se reconhecer na programação, se sintam representados. Se preocupam também com formas de incentivo para que não haja um esvaziamento dos estudantes que venham a fazer parte do projeto.

Alexsandro traz uma campanha de suma importância para a juventude. A ideia de dedicar um momento exclusivo no dia letivo para emissão do título é certa, como também é sua proposta de que sejam feitas as passagens em sala e debates para elucidação de dúvidas. Mas seu projeto carece dos pormenores que fariam toda a diferença para a execução e resultados que ele almeja, mesmo que quando questionado ele consiga estruturar rapidamente uma possibilidade de mecânica.

Maria Eduarda consegue abordar a comunicação interna da escola pensando em como fazê-la mais acolhedora para todos a partir disso. É uma ideia que foge um pouco do caminho de uma peça midiática e que se direciona para a comunicação interpessoal e solução de problemas. Ela escreve o projeto preenchendo bem os pontos do modelo enviado. Há uma preocupação trazida por ela quanto aos profissionais qualificados para o suporte à demanda dos estudantes, já que a escola não conta com psicólogos ou assistentes sociais. Foi proposto que ela buscasse, junto à escola, a parceria com universidades da região que pudessem realizar ações ou até mesmo estágios na escola.

O projeto de Kesla se conecta com todos os demais, agregando a participação política e caminhos coletivos para transformar a escola num lugar mais acolhedor para cada estudante. A escuta feita por ela com os colegas para saber como sentiam-se sobre a possibilidade do grêmio estudantil foi um grande diferencial. Devem ser feitos alguns ajustes como a agenda dessa

campanha de fundação da entidade estudantil e também estruturar melhor como a comunicação vai ser utilizada no projeto.

No processo da elaboração dos projetos, apenas uma visita presencial foi possível por questões de deslocamento. O breve encontro foi feito entre o pesquisador e José Ricardo, no ETE Nelson Barbalho, no qual o estudante apresentou os espaços de estúdio e laboratórios disponíveis. A orientação teve grande ganho com a chance de presenciar a realidade do estudante e poder perceber as movimentações quanto à gestão e técnicos.

Uma peculiaridade do projeto é que dos cinco estudantes que fizeram parte das oficinas, apenas dois seguem no ensino básico em 2022, sendo os demais já concluintes. Assim, o incentivo na formação foi de que estes vissem o projeto como um legado possível para deixarem na escola, conversando com estudantes dos anos posteriores para que conhecessem e opinassem na construção de um projeto que estes pudessem fomentar, após a saída dos idealizadores iniciais.

Como o presente trabalho não se propõe a acompanhar a execução dos projetos, mas sim a formação dos agentes de comunicação, isso não foi visto como empecilho para realização dele. Apesar disso, o contato estabelecido com os dois estudantes que seguem nas instituições foi mantido e estes seguem entusiasmados para execução do que idealizaram. Então, o acompanhamento e orientação seguem, mesmo que não possa ser melhor analisado aqui pelas limitações de tempo.

Contudo, percebem-se alguns pontos muito relevantes para a possibilidade de replicação em outras comunidades escolares. É de suma importância o estudo de uma análise crítica da mídia desde os anos finais do ensino fundamental até o ensino médio, como política educacional. Tanto para a formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e participativos na transformação de sua realidade, como também para uma melhor assimilação dos conteúdos didáticos tradicionais, a partir de práticas educomunicativas. Práticas estas que rompem com o padrão de uma sala de aula em que o docente é maestro e dono do saber, como fala Gutierrez (1978) e ruma para uma educação em que docentes e discentes tenham papel ativo. Pois só assim (FREIRE, 2021) a educação se faz verdadeiramente.

Dentre as escolas, apenas o ETE Nelson Barbalho tem um olhar específico para a comunicação, o que possibilita estrutura e recursos humanos para que o projeto possa não somente ser realizado como continuado como atividade oficial da escola. É um ganho para a formação dos estudantes que tiverem a chance e o interesse de se envolverem e para toda a comunidade que pode ter esse contato com um conteúdo midiático produzido por seus colegas. E não cabem aqui ideias românticas, pois um cenário em que os estudantes reivindicam um

novo formato de rádio ou até mesmo não recebam bem essa mídia pode existir. E cabe aos idealizadores dar continuidade a avaliações e reestruturações estratégicas para melhor atender às demandas da comunidade escolar.

5 DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA EDUCOMUNICATIVA PARA REPLICAÇÃO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A partir do que foi vivenciado nesta pesquisa-ação, propõe-se a elaboração de uma metodologia educomunicativa para que a formação de agentes multiplicadores da comunicação comunitária possa ser feita em outras instituições de ensino. Isso porque vê-se a necessidade de que esse tipo de ação possa ser realizada de forma autônoma por quem tiver interesse em criar novas experiências com base no que tivemos de acertos e falhas experimentais.

Desta forma, é organizada uma cartilha com etapas para começar um projeto, desde a seleção do grupo até a análise das demandas da comunidade escolar para maior assertividade na concepção e execução do produto. Também são veiculadas na cartilha as informações básicas e resumidas dos dois primeiros encontros do projeto original. Com isso posto, antes das etapas, o estudante saberá o que é comunicação, o porquê de se fazer comunicação comunitária e inspirações de projetos.

É válido ressaltar que a metodologia é fincada em práticas educomunicativas, pois, por se tratar de um ambiente escolar, é preciso compreender o sistema de hierarquia presente no modelo tradicional de educação, que exclui ou retrai o fazer comunicativo, ou seja, que mantém o estudante enquanto ser passivo, receptáculo do “aprendizado”. Além de valorizar principalmente o processo, reconhecendo erros como parte da formação e conflitos como essenciais ao desenvolvimento do pensamento crítico. Aqui, buscamos reconhecer o estudante como ser igualmente construtor do ambiente e do fazer educacional. E a comunicação comunitária se faz presente pois ambas caminham juntas neste tipo de projeto, para que a escola seja percebida e reivindicada enquanto comunidade, unindo a tríade docente-estudante-funcionários.

Começamos a apresentação da nossa proposta de metodologia com a etapa de seleção do grupo que estará à frente do projeto final e, conseqüentemente, presente ao longo de toda a formação. É importante que, nesta etapa, não deixe que a gestão escolar ou quaisquer outras forças pré-selecionem de qualquer maneira um grupo, pois tende-se a carregar os julgamentos tradicionais como notas em disciplinas, histórico de faltas, entre outros. A essência de um projeto de comunicação comunitária está em que todos possam somar-se com suas habilidades para o desenvolvimento coletivo, assim como trazer suas dores e inquietações individuais. Logo, esse tipo de critério não serve, tendo em vista que utilizam-se outros fatores que não a potencialidade comunicativa e formativa fora de um sistema que é estruturalmente feito para padronizar. Dessa forma, propomos que um núcleo inicial seja formado a partir das

especificidades de cada escola. No estado de Pernambuco, existe o projeto Protagonismo nas escolas da rede estadual de ensino, em muitas escolas há um grêmio ou conselho de representantes de turma. O imprescindível é que haja um grupo de pelo menos três estudantes nesse núcleo, que estarão interessados em realizar o projeto na escola. Estes devem promover uma ampla divulgação sobre o projeto, aí já se observa o primeiro desafio de comunicação. Essa divulgação pode ser feita com cartazes, grupos de WhatsApp e Facebook, mural de avisos, passagem em sala. A forma que for mais adequada para a realidade da instituição. Isso será feito com o objetivo de coletar nomes e o contato de quem demonstrar interesse e marcar uma reunião com todos. Assim, seguimos à segunda etapa.

A segunda etapa diz respeito ao levantamento das demandas do grupo. É por isso que a divulgação deve ser ampla, pois aqui vão ser expostas as necessidades que cada um enxerga na escola. É importante que, no início da reunião, seja deliberada uma pessoa para anotar o que for falado por todos e uma que possa coordenar a reunião, por motivos organizacionais. Com tudo exposto, o projeto deve começar a ser discutido, tendo em vista que este projeto deve ter o objetivo de solucionar as dificuldades comentadas. Como já anteriormente dito neste trabalho, as possibilidades de um projeto de comunicação comunitária são diversas, então é possível que esse tema não seja concluído em apenas um encontro. É aqui também que os textos iniciais da cartilha podem ser consultados para inspirações. Um destaque é que um projeto não precisa se dar em um único meio. Por exemplo, apenas numa página no *Instagram*. Pode transitar em vários meios, como é pontuado previamente na cartilha. Com isso em mente, após chegar-se a um consenso sobre a natureza do projeto, deve-se definir coletivamente o conteúdo que vai ser veiculado.

Mesmo que isso já esteja, por vezes, inerente à decisão da natureza da iniciativa, é necessário que se reflita sobre o que se quer abordar. O que ajuda nesta tarefa é fazer um calendário bimestral, ou com o período de tempo que fizer mais sentido para o grupo. Utilizar datas comemorativas, o que é previsto no calendário escolar ou outros parâmetros pode ajudar a montar os conteúdos mais específicos e também projetos internos. A exemplo, Vanessa Kesla, que participou da nossa formação e tem o objetivo de construir um grêmio, além do conteúdo que pode ser veiculado pelo grêmio nas mídias digitais e físicas, pode-se realizar um projeto da Semana da Mulher no mês de março. Nesse tipo de atividade, a comunicação é inserida para conduzir a divulgação e as dinâmicas.

Assim, chegamos à terceira etapa, que diz respeito à divisão de tarefas. Aqui, dentro do grupo maior, devem ficar os estudantes que desejam não só fazer parte como ter o compromisso coletivo de estruturar o projeto. Isso é dito no sentido de que todos podem e devem participar

da iniciativa. É a natureza da comunicação comunitária. Porém, ser do grupo estruturante exige o que podemos chamar de desprendimento quanto ao seu tempo individual a fim de destinar seu tempo e esforço para o coletivo. E, naturalmente, não são todos que demonstraram interesse que têm essa disposição e isso deve ser compreendido pelos que, eventualmente, estiverem à frente do projeto. Muitos podem optar por estar numa rede de apoio para tarefas pontuais. E isso é perfeitamente válido.

Mas o que seriam as tarefas? Quando falamos do grupo estruturante ou realizador, o termo não é tão relevante quanto a função dessas pessoas que é idealizar, estruturar, envolver e executar. É interessante que haja duas ou três pessoas na tarefa de coordenar o projeto, que irão organizar e distribuir as tarefas entre si e com os demais, conduzindo tudo para que o que foi idealizado ganhe vida. Entre os demais, as tarefas podem ser diversas, como os que podem dar sua contribuição na fotografia e vídeo, ou de escrever, gerenciar as redes sociais digitais ou de articular com a gestão da escola e envolver a comunidade escolar. O importante é sondar a contribuição que cada estudante consegue dar para que o projeto seja, além de funcional, prazeroso. Também deve-se rever coletivamente periodicamente as funções de cada estudante envolvido, para que ninguém fique sobrecarregado ou por muito tempo em função que já não lhe é interessante.

Além do envolvimento dos estudantes, é preciso pensar nas tarefas do restante da comunidade escolar. Professores, gestão e demais funcionários. Por mais que seja um projeto liderado pelos estudantes, há a possibilidade de engajamento destes outros. É necessária apenas a cautela para que o sistema de hierarquia não se perpetue dentro das ações e construções. Na comunicação comunitária, todos os membros têm a mesma autoridade. Um exemplo de como um professor pode contribuir é quando o projeto tem objetivo de ser vinculado a uma disciplina, como a produção de fanzines que façam uma releitura de clássicos da literatura brasileira. A gestão pode se somar ao flexibilizar as normas para o uso da sala de informática, para que os estudantes consigam ter um espaço para fazer suas atividades. Todos podem ser personagens em uma série de reportagens que possa ser construída como orientar para que tal ação seja realizada de forma mais estruturada, contribuindo com seus conhecimentos.

Até aqui, conseguimos ver que a participação e a democracia são essenciais em iniciativas dessa natureza. Caminhamos, portanto, para a quarta etapa. Diferente das anteriores, as atividades não precisam depender desta para serem executadas. Mas ela é de suma importância para democratizar o acesso de todos às ferramentas práticas e teóricas da comunicação. Da mesma forma que no presente trabalho foram realizadas oficinas, propomos que os estudantes que replicarem essa iniciativa em suas escolas também realizem formações. Tendo em vista a

possível dificuldade para terem acesso a profissionais da comunicação, algumas saídas são apresentadas: 1 - podemos ser feitas parcerias com universidades ou instituições de ensino técnico da cidade ou da região; 2 - pode ser feita uma rede de contatos entre os amigos e familiares dos estudantes envolvidos que tenham as habilidades e estudos da comunicação; 3 - os próprios estudantes podem realizar oficinas compartilhando seus conhecimentos práticos com os colegas. Todas as três possibilidades podem ser utilizadas simultaneamente. Uma não anula a outra e a fusão entre elas pode ajudar a enriquecer o processo formativo. O crucial é que esses momentos de formação aconteçam para que todos que desejam desprender seu tempo no projeto consigam se sentir munidos de informações de como e por que fazer.

Na quinta etapa, evidencia-se um fator indiscutível para o sucesso de um projeto de comunicação comunitária: o acompanhamento. Isso se deve pois esse tipo de movimentação deve ser perene, não pode se extinguir em poucos meses ou semanas. Logo, é papel dos coordenadores convocar reuniões regulares de planejamento e também de avaliação. Averiguar o que foi feito de positivo e negativo nos ajuda a ter uma compreensão quanto onde erramos, no que acertamos e o que podemos mudar para fazer melhor. Além disso, podemos analisar em conjunto o papel desempenhado por cada um. Por exemplo, uma estudante que tenha se colocado à disposição para editar vídeos pode somente expressar suas dificuldades quanto a tempo dentro desse tipo de reunião. Assim, pode-se organizar para que esta função seja dividida para duas pessoas e ninguém se sinta sobrecarregado. Como falamos anteriormente, o projeto deve ser prazeroso. E isso é crucial para que menos pessoas optem por deixá-lo e que mais tenham vontade de participar.

Com essas etapas bem definidas, há a perspectiva de um ambiente fértil para o projeto de comunicação nascer, crescer e envolver mais pessoas. Para que ele não acabe quando os jovens que germinaram a iniciativa se formarem e ele continue cumprindo o papel de fomentar um ambiente escolar mais plural, democrático e participativo.

O Guia de Formação de Agentes de Comunicação em escolas públicas a partir de uma metodologia educacional resgata pontos chave da discussão sobre a democratização da comunicação no Brasil e aponta a comunicação comunitária como uma saída para explorar as lacunas deixadas pela grande mídia. São apresentados exemplos de trabalhos possíveis para serem produzidos em cada escola e também o passo a passo anteriormente descrito. O objetivo é que seja um material de fácil leitura e assimilação, que possa servir de base para que novas iniciativas sejam germinadas e cultivadas em diversas instituições de ensino.

O Guia, em forma de cartilha, é constituído da seguinte forma e também é encaminhado como produto desta pesquisa:

Figura 3 - Guia de Formação de Agentes de Comunicação em escolas públicas a partir de uma metodologia educucomunicativa

Luis Enrique Lopes
Orientação de Diego Gouveia



Um breve guia para a comunicação comunitária nas escolas_



Como construir narrativas e canais de comunicação estudantis

EDITORAÇÃO: **COMUNICAÇÃO SOCIAL** UFPE, Agência Mídia Social e Produção Cultural

Qual comunicação a gente tem?

Antes de tudo temos que pensar: o que é comunicação?

Comunicação está presente em nosso dia para além do celular, televisão, rádio ou computador. A comunicação está presente quando o bebê utiliza da ferramenta que tem (o choro) para chamar a atenção de seu responsável quando está com dor, fome ou chateado. Está presente nos sinais de trânsito, na forma que se fala (se calorosamente, friamente, com arrogância, gentileza) e também no silêncio. Está numa câmara de vereadores, tanto na arquitetura da casa, em sua função primária e no que é feito nela diariamente: debates, negociações, projetos de lei feitos por representantes eleitos pela sociedade. Está na escola, na construção de um grêmio, na troca de ideias em um grupo no intervalo.

Enfim, a comunicação é parte do que é o ser humano. Somos essencialmente seres de diálogo. Fomos feitos para comunicarmos-nos entre nós das mais variadas formas.

E com isso, a comunicação é um direito humano. Temos o direito à liberdade de expressão e de nos comunicarmos livremente. Esse direito também é um garantidor de outros tantos. É pela comunicação que pode-

Fanzines ou Zines aka autenticidade



Fanzines (ou zines) são criatividade plural. As possibilidades são diversas e você pode fazer: recorte de diversas revistas, jornais e impressos no geral para montá-lo. Eles funcionam como uma revista artesanal que pode trazer notícias, poemas, zodiaco, etc. Você pode fazer as páginas por colagem e fazer cópias em xerox. Ou até mesmo reinventar o formato e fazer colagens digitais que podem ou não ser impressas.

A primeira imagem é do filme "Moxie", que traz esse formato como parte da trama na escola. A segunda é um zine de releitura da capa do livro "Dona Flor e seus dois maridos", exemplo de como utilizar o formato em uma aula.

O acesso ao Guia pode ser feito por meio do seguinte link:

https://issuu.com/luislopes3/docs/cartilha_-_comunica_o_comunit_ria_em_escolas_comp

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação popular e comunitária se apresenta como um mecanismo estratégico para superar a comunicação bancária com vistas à democratização da comunicação. Democratização essa que tem na radiodifusão um espaço importante de disputa que só será possível com uma ampla discussão na sociedade para reivindicação do seu caráter público. Os esforços desse campo de atuação devem estar na garantia de direitos e do bem comum, promovendo um processo comunicativo radicalmente democrático, no qual a comunicação seja feita pelo e com o povo.

Nessa construção, os valores da prática educomunicativa devem estar presentes em cada etapa, pois é necessária a valorização do processo, do erro e conflitos como parte essencial do aprendizado, além do caráter dialógico e libertador. Isso a fim de não se repetirem vícios da comunicação bancária, que é reflexo e espelho da educação bancária. Esta mesma que também deve enfrentar os desafios impostos aos educadores de proporcionar um ambiente educativo igualmente dialógico, que, com isso, possa ser superado o ambiente escolar em que o estudante é objeto e possa ser emergido de seu mutismo, tendo abertura e incentivo para se expressar e pensar criticamente os conteúdos e sua própria realidade.

A partir desse pensamento crítico, que deve recair também sobre uma análise dos meios de massa, é combatida a comunicação e educação manipuladoras, que pretendem a massificação e domesticação do indivíduo. Esse combate se dá na prática também e principalmente nas iniciativas de ações pelos direitos historicamente negados, que se dão em movimentos sociais organizados.

Sendo o direito à comunicação um garantidor de outros direitos à humanidade, é crucial a prática de projetos continuados voltados para criação de novas narrativas midiáticas e de inserção do povo no processo comunicacional. Isso posto, os projetos de comunicação comunitária e popular devem ser incentivados e especialmente em instituições de ensino. Se é esse o espaço em que os educadores devem ensinar não somente a ler um um livro, mas também a sua realidade, como indica Freire, e também os meios de massa, que são um outro meio de formação de conhecimento e/ou informação, é necessário que essa leitura crítica seja um passo para a ação.

Como pudemos observar no presente trabalho, os estudantes têm as mais diversas ideias sobre como produzir projetos de comunicação em suas escolas. Eles criam soluções a partir do que há disponível em suas instituições para realizar suas formas de produzir conteúdo e processos comunicativos. Mas, como aponta Peruzzo, tudo é feito na marra se não há uma

formação. A formação realizada neste projeto foi um ponto de partida para que os jovens envolvidos pudessem começar ou revisar o seu pensar criticamente sobre os meios e sobre comunicação em si. Abordamos a teoria sobre a democratização dos meios, assim como analisamos possibilidades e formatos de projetos e algumas questões práticas de uso do celular para produção de conteúdo audiovisual, sonoro, textual e fotográfico.

É esperado que a metodologia aqui apresentada e a cartilha desenvolvida possam ser replicadas em outras instituições de ensino básico com o objetivo de ampliar a existência de projetos de comunicação comunitária em escolas que se reivindicam como tal. É urgente proporcionar aos estudantes do ensino fundamental e médio a possibilidade de criarem suas próprias narrativas, de se expressarem a partir dos meios que julgarem mais adequados para a sua comunidade e seus pares.

Os projetos propostos pelos estudantes tinham no centro a possibilidade de ampliar a liberdade de expressão nas escolas, a garantia de outros direitos e a conscientização sobre temas pertinentes à comunidade. Ter a amplitude do debate sobre democratização da comunicação sendo desenvolvida nas escolas é um caminho importante para que possamos, futuramente, ter saldo mais positivo quando a articulações para alcançarmos um sistema comunicacional verdadeiramente libertador e democrático em nosso país, que ainda é dominado pelo monopólio e urge por um novo marco regulatório da comunicação, para que, desta maneira, o Estado tenha a obrigação e seja pressionado para a criação de novas políticas públicas para a garantia desse direito já previsto em nossa Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

- BERTOLINO, Osvaldo. **Amar e mudar as coisas: trinta anos da União da Juventude Socialista**. 1ª Ed. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Comunicação?**. 22a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- BRANDÃO, Elizabeth P. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. 2a. Ed. p. 1-33.
- CADERNO - 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO. Brasil. Ministério das Comunicações. FGV Projetos, unidade da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2010.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE, 1978, Alma-Ata. Declaração de Alma-Ata. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As cartas da promoção da saúde. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 12 maio 2013.
- COUTINHO, Nayara Carvalho; SOUZA, Jean Estevão de; MIANI, Rozinaldo Antonio. A disputa da hegemonia no campo da Comunicação: crítica à sociedade midiaticizada e os pressupostos contra-hegemônicos da Comunicação Popular e Comunitária. **Anais do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Guarapuava, PR, 2008.
- DELIBERADOR, Luzia M. Y.; VIEIRA, Ana C. R. Comunicação e educação para a cidadania em uma Cooperativa de Assentamento do MST. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, ECA-USP, v.11, n.03, p.341-352, dez. 2006.
- DEMARCHI, Carlos Henrique. O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: desafios e perspectivas. **Anais 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba, 2017.
- DUNDER, Karla. IBGE APONTA DESIGUALDADE DE ACESSO À INTERNET ENTRE ESTUDANTES. **R7**, 14 de abril de 2021. Educação. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/ibge-aponta-desigualdade-de-acesso-a-internet-entre-estudantes-14042021>. Acesso em: 14 de janeiro de 2022.
- FILHO, Ivan Moraes. **Manual prático (muito prático mesmo) do direito humano à comunicação**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 23. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- GUTIERREZ, F. **Linguagem Total: uma pedagogia dos meios de comunicação**. São Paulo: Summus, 1978.

INDICADORES DE RISCOS À PLURALIDADE NA MÍDIA. Media Ownership Monitor Brasil, 2019. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/#!184683649287ef5a9e7a369acbbadb6>. Acesso em: 03 de abril de 2022.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KAPLÚN, Mario. **El Comunicador Popular**. Editorial Belén, Quito [Ecuador], 1985.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 18, p. 51-61, 2000.

MEDITSCH, Eduardo. Paulo Freire nas práticas emancipadoras da comunicação: ainda hoje um método subutilizado no Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 13, n. 25, 2016, p. 132-43.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Revista Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a Participação na construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: **INTERCOM**, 2006, Brasília. Anais eletrônicos. Brasília: UnB, 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o desafio de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 161-181, jan-abr, 2013.

PROPRIETÁRIOS DA MÍDIA. Media Ownership Monitor Brasil, 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios>. Acesso em: 03 de abril de 2022.

ROCHA, M. S. da; SILVA, M. M. de P. A linguística textual e a construção do texto: um estudo sobre os fatores de textualidade. **Revista A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 26-44, maio-ago, 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato: revista brasileira de comunicação, arte e educação**, Brasília, ano 1, n. 2, p. 19-74, jan-mar, 1999.

SOARES, I. de O; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (org). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom, 2017.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.